



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Universitária Salesiana

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 3 N. 5 Setembro 2002



Universidade Católica Dom Bosco

Reitor
Pe. José Marinoni
Pró-Reitor Acadêmico
Pe. Jair Marques de Araújo
Pró-Reitor Administrativo
Luilton Pouso

Editora UCDB
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3377 Fone/Fax: (67) 312-3373
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora
Direção: Heitor Romero Marques

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Eduardo José de Arruda
Emília Mariko Kashimoto
Lúcia Salsa Corrêa
Marcelo Marinho

Editor Responsável

Marcelo Marinho

Co-editor

Aparecido Francisco dos Reis

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Rosilange de Almeida

Abstracts

Barbara Ann Newman

Resúmenes

Mari Neli Dória

Revisão de Texto

Raquel Naveira

Capa

Marcelo Marinho (projeto e fotografia)

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastreri Rodrigues (USP)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)
Alicia Rivero (SERCAL)
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)
Cezar Augusto Benevides (UFMS)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)
Everson Alves Miranda (UNICAMP)
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)
Leila Christina Dias (UFSC)
Marcel Bursztyn (UNB)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)
Maria Helena Vallon (UFMS)
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)
Marília Luiza Peluso (UNB)
Mário César Leite (UFMT)
Marisa Bittar (UFSCar)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCC)
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)
Nilo Odalia (UNESP)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)
Rosa Esther Rossini (USP)
Sérgio Granemann (UCB)
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

Conselheiro fundador

Milton Santos (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 5 (Setembro 2002). Campo Grande: UCDB, 2002.

62 p. V. 3

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecilia Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.unam.mx)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Índice

Artigos

- A face territorial do desenvolvimento5
José Eli da Veiga
- Desenvolvimento e educação em comunidades indígenas: uma parceria necessária21
Marta Regina Brostolin
- Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar25
Reginaldo Brito da Costa, Eduardo José de Arruda e Lincoln Carlos Silva de Oliveira
- La Agenda 21 en el Distrito Treptow-Köpenick: idea, desarrollo y particularidades33
Michael Anselm Schrick
- Campo Grande: a formação da sociedade local e o desenvolvimento de sua identidade cultural41
Aparecido Francisco dos Reis
- Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas51
Sérgio Ricardo Oliveira Martins

A face territorial do desenvolvimento

El faz territorial del desarrollo

The territorial face of the development

José Eli da Veiga
Universidade de São Paulo

Contato: veiga@msh-paris.fr

Resumo: Observa-se, de maneira geral, o emprego cada vez mais freqüente da expressão “desenvolvimento territorial” ou, por vezes, “desenvolvimento espacial”. Tal tendência pode indicar uma revalorização da dimensão espacial da economia, mas pode, igualmente, refletir o hábito corrente de se acrescentar adjetivos ao substantivo “desenvolvimento”. A investigação aqui exposta permite avançar proposições que decorrem dos debates sobre as tendências da diferenciação espacial cidade/campo, sobre a heterogeneidade espacial do dinamismo econômico e sobre as iniciativas locais que podem ser cruciais para o desenvolvimento. Procura-se, dessa forma, estabelecer as principais relações desses debates com a evolução do “planejamento regional”.

Palavras-chave: Planejamento regional; Meio inovador; Desenvolvimento territorial.

Abstract: It is observed, in general, the frequent use of the expression “territorial development” or, some times, “spacial development”. Such trend can indicate a revalorization of the space dimension of the economy, but it can, equally, reflect the current habit of if adding adjectives to the substantive “development”. The here displayed research allows to advance proposals that elapse of the debates on the trends of the space unbundling cidade/campo, on the space heterogeneidade of the economic dynamism and on the local initiatives that can be crucial for the development. It is looked, of this form, to establish the main relations of these debates with the evolution of the “regional planning”.

Key words: Regional planning; Innovative medium; Territorial development.

Resumen: Se observa, en general, el uso frecuente de la expresión “desarrollo territorial” o, algunas veces, “desarrollo espacial”. Tal tendencia puede indicar un revalorización de la dimensión del espacio de la economía, pero puede reflejar, igualmente, el hábito actual de agregarse adjetivos al substantivo “desarrollo”. La investigación aquí expuesta permite avanzar proposiciones decorrientes de las discusiones sobre las tendencias de la diferenciación espacial cidade/campo, sobre el heterogeneidade espacial del dinamismo económico y sobre las iniciativas locales que pueden ser cruciales para el desarrollo. Buscase, de esta forma, establecer las relaciones principales de estas discusiones con la evolución de la “planificación regional”.

Palabras claves: Planificación regional; Medio innovador; Desarrollo territorial.

Introdução

Este texto investiga as motivações do emprego cada vez mais freqüente da expressão “desenvolvimento territorial” (por vezes “desenvolvimento espacial”). Seu principal objetivo é saber se tal tendência indica uma revalorização da dimensão espacial da economia, ou se, ao contrário, não passa de mais um prolongamento da infundável mania de se acrescentar adjetivos ao substantivo ‘desenvolvimento’. A resposta também acabou sendo de natureza geográfica: “nem tanto ao céu, nem tanto à terra”. Ou seja, parece estar havendo, de fato, uma revalorização da dimensão espacial da economia; mas tudo indica que tal evolução está longe de permitir que se considere a expressão “desenvolvimento territorial” como um conceito propriamente dito, além de ser muito cedo para conhecer seus efeitos práticos. Mesmo não podendo dar uma resposta mais original à referida pergunta, a investigação aqui exposta foi tão frutífera que permite avançar, a título de conclusões, dez proposições bem menos banais. Elas decorrem de uma exposição que está organizada em três partes.

A primeira aborda o debate sobre as tendências da diferenciação espacial cidade/

campo, mais concentrado entre pesquisadores de temas rurais. Trata-se essencialmente de uma crítica à tendência relativamente comum de se amalgamar desenvolvimento e urbanização, como fazem os que afirmam ser impossível que uma área rural se desenvolva sem que se torne automaticamente não-rural. A segunda aborda a heterogeneidade espacial do dinamismo econômico, mais concentrado entre estudiosos da “economia industrial”. Ela examina a tortuosa evolução do debate internacional desencadeado pelos estudos sobre os distritos industriais marshallianos, que acabou dando respaldo científico à idéia do ‘desenvolvimento local’, isto é, de que as iniciativas locais podem ser cruciais para o desenvolvimento, pois se tornam importante fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores. E a terceira procura estabelecer as principais relações desses dois debates com a evolução do “planejamento regional”.

1. Da “dicotomia” ao “continuum” rural-urbano

Há quem acredite que o meio rural esteja sujeito a um processo de urbanização tão poderoso que a histórica contradição

entre cidade e campo estaria fadada a desaparecer. Contudo, o que se verifica é a existência de três tipos de países desenvolvidos sob o prisma da diferenciação espacial entre áreas rurais e urbanas. Primeiro, um pequeno grupo fortemente urbanizado, que reúne Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha, no qual as regiões essencialmente urbanas ocupam mais de 30% do território e as regiões essencialmente rurais menos de 20%, sendo que as intermediárias variam entre 30% e 50%¹. No extremo oposto há um grupo maior, formado por quatro países do “Novo Mundo” - Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia - mas do qual também fazem parte três nações muito antigas: Irlanda, Suécia e Noruega. Nesse grupo as regiões essencialmente rurais cobrem mais de 70% do território e as relativamente rurais têm porções inferiores a 20%. Finalmente, no caminho do meio, encontram-se França, Japão, Áustria e Suíça, países nos quais entre 50% e 70% do território pertence a regiões essencialmente rurais e cerca de 30% a regiões relativamente rurais.

Qualquer esforço para interpretar os fundamentos desses três padrões de diferenciação espacial do mundo desenvolvido será forçosamente levado a considerar fatores naturais objetivos, como o relevo, clima e hidrologia. Rejeitar explicações baseadas no determinismo natural não significa que se possa admitir o puro e simples possibilismo, isto é, a desconsideração de limites físicos e biológicos à ação humana na formação dos espaços rurais e urbanos, eludindo, assim, toda a problemática do relacionamento entre as sociedades humanas e os meios ditos naturais². Além disso, foi justamente o avanço das pesquisas científicas em urbanismo que fez emergir o conceito de “ecossistema territorial”, entendido como o espaço sem o qual um ecossistema urbano não pode exercer o conjunto de suas próprias funções vitais. Se o ecossistema territorial é composto tanto de elementos do ambiente físico-biológico, quanto do ambiente construído e do ambiente antrópico, torna-se impossível, então, recusar todo e qualquer tipo de determinismo geográfico para explicar a localização das atividades e das populações, como pretendiam os primeiros teóricos da economia espacial³.

Nada disso impede, entretanto, que seja muito atraente a crença de que o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização. Para seus adeptos, a oposição cidade-campo já seria, inclusive, uma questão inteiramente superada, uma vez que a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior, condenada pura e simplesmente a sumir, a exemplo do que já teria ocorrido na Holanda, essa vasta metrópole urbana apenas recortada por corredores verdes onde se misturam espaços recreativos e terrenos de uso agrícola. A idéia chegou a ser formulada nesses termos pelo secretário geral do Observatório Internacional de Prospectiva Regional, na abertura de um colóquio recentemente patrocinado pelo Senado francês.

Acontece, contudo, que essa visão de convergência para um suposto padrão holandês, de grande metrópole esverdeada, não resiste a qualquer tentativa de se encontrar homogeneidade espacial entre os países mais desenvolvidos, mesmo que se admita o reducionismo de considerar apenas os aspectos demográficos da questão. Um dos países desenvolvidos mais densamente povoados - a Suíça - tem 13% de sua população em regiões essencialmente rurais, 25% em regiões relativamente rurais e 62% em regiões essencialmente urbanizadas. Estendendo-se por largas partes do Jura, da Plaine e dos Alpes, as zonas rurais contribuem de maneira significativa à economia nacional, para não falar da imagem do país no exterior. E suas funções de residência, trabalho e lazer são consideradas essenciais por suas elites.

É verdade que só uma ínfima parte dos habitantes de meia dúzia de países do oeste europeu reside em regiões essencialmente rurais. Mas o peso das populações nas regiões relativamente rurais dessa seleta meia dúzia de países varia de 15% na Holanda a 44% na Itália. Nesta última, como no Japão, não chegam a 50% os habitantes de regiões essencialmente urbanas, mesmo que 70% residam em *localidades* urbanas. Em países maiores, como a França e o Canadá, apenas 29% e 44% dos habitantes estão em regiões essencialmente urbanas, mesmo que 60% residam em *localidades* urbanas. De resto, a

diferenciação rural/urbana pode ser muito parecida em territórios tão diferentes quanto o da França e o dos Estados Unidos.

São bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que continuam rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais do campo e da cidade. Enfim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização, como propõem sem rodeios os que dizem ser impossível que uma área rural se desenvolva sem que se torne automaticamente não-rural⁴.

Estão justamente entre as menos urbanizadas as microrregiões rurais dos Estados Unidos que hoje desfrutam das melhores perspectivas de desenvolvimento. São principalmente as do sul e do oeste que dispõem de clima agradável, montanhas, lagos, praias, podendo atrair muitos aposentados, turistas, excursionistas, esportistas, etc. Além desses condados já escolhidos por migrantes de alta renda, há muitos outros, principalmente no oeste, nos quais a forte incidência de terras federais faz com que seu futuro esteja estreitamente vinculado à evolução das políticas governamentais relativas ao meio ambiente, ao turismo e outros ramos recreativos. De resto, elevadas rendas per capita ocorrem nos condados rurais das Grandes Planícies, porque ali os serviços vinculados a atividades agroindustriais engendraram baixíssimos níveis de densidade demográfica. E há muita incerteza sobre as perspectivas socioeconômicas de condados rurais da metade oriental do país, principalmente no sudoeste, onde os serviços se combinaram a outros tipos de atividades industriais⁵.

Na prática, as desigualdades internas às regiões rurais de um mesmo país podem ser muito mais significativas que as referentes ao contraste rural/urbano. Em mais de um

terço dos condados rurais dos Estados Unidos (795/2288), pelo menos 20% da população encontrava-se abaixo do nível de pobreza em 1990; um problema de difícil solução em 535 deles, quase todos concentrados no sudeste e no sudoeste, mas também presentes nos Appalaches e em algumas reservas indígenas do norte e do oeste. Todavia, mais de 80% da população rural americana reside em condados que conseguiram desenvolver sistemas produtivos cada vez mais baseados em vários tipos de combinações de atividades terciárias com as duas outras categorias setoriais. Para o conjunto dos espaços rurais dos Estados Unidos, as novas fontes de crescimento e emprego estão nas atividades de serviços ligadas ao lazer, à aposentadoria e ao meio natural, mesmo que continuem muito importantes outros tipos de serviços, como os financeiros, de seguros, imobiliários, de comércio varejista, de restauração, de lavagem a seco, etc.

Enfim, as áreas rurais dos países avançados que permanecem subdesenvolvidas são aquelas que não lograram explorar qualquer vocação que as conecte às dinâmicas econômicas de outros espaços – sejam eles urbanos ou rurais – e não aquelas que teriam sido incapazes ou impossibilitadas de se urbanizar. E como as novas fontes de crescimento econômico das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades do patrimônios natural e cultural, intensifica-se o contraste entre campo e cidade

Tudo isso quer dizer, então, que a desacreditada abordagem “dicotômica” deveria ser reabilitada? Estaria sendo contrariada a abordagem inversa, de “*continuum*”? Depende muito, na verdade, do significado que se atribua a esses vocábulos⁶. De qualquer forma, o que não parece existir é qualquer evidência de que esteja desaparecendo a histórica contradição entre cidade e campo, inclusive no caso holandês, onde os espaços rurais tendem a ser caracterizados como meros corredores nos quais convivem atividades agrícolas e recreativas. Em outras palavras, há uma falsa alternativa sendo proposta nesse duelo entre dicotomia e “*continuum*”. Mas para disso se dar conta, é absolutamente necessário sair do isolamento demográfico (ou no máximo sociológico) em que foi metido esse debate, como se seus

fundamentos ecológicos e econômicos tivessem menor importância.

O desafio é, portanto, entender as várias dinâmicas socioeconômicas, das mais efêmeras às mais duráveis, distinguindo bem as reversíveis das irreversíveis, pois algumas podem ser duráveis sem que sejam necessariamente irreversíveis. Ninguém ignora que a proporção das atividades primárias nas economias mais desenvolvidas caiu, neste século, de metade para um vigésimo. Enquanto isso, as terciárias subiram de um quarto para mais de três quintos, e as secundárias deslizaram de pouco mais a pouco menos de um terço. Só que os resultados dessas grandes tendências foram bem heterogêneos. Entre os países do primeiro mundo, a parte dos serviços varia de 50% a 70%, a das industriais de 40% a 25%, e a das primárias de 10% a 3% dos ocupados.

Mais heterogêneas ainda foram as repercussões espaciais dessa enorme mudança estrutural. O fato de atividades primárias estarem forçosamente muito mais presentes nas zonas rurais não significa que os outros dois tipos sejam necessariamente muito mais recorrentes nas zonas urbanas. O emprego industrial é mais significativo nas regiões relativamente rurais que nas essencialmente urbanas, chegando mesmo a ser muito mais rural que urbano em países nórdicos, como a Noruega e a Suécia. E os serviços têm quase o mesmo peso em regiões essencialmente urbanas e relativamente rurais, sendo extraordinariamente importantes nas regiões essencialmente rurais da Bélgica.

Não é portanto a composição setorial das economias desenvolvidas que pode explicar o surgimento, no final do século XX, de indícios opostos à chamada “desertificação rural” que estariam anunciando um certo “renascimento rural”. Essa hipótese foi contrariada pelos estudos da OCDE que compararam as regiões rurais mais dinâmicas às mais letárgicas ou decadentes. Os resultados mostram que o melhor desenvolvimento de determinadas zonas rurais tem causas ainda desconhecidas, mas que, com certeza, não estariam relacionadas a diferenças em suas respectivas estruturas setoriais.

Ora, foi justamente a vontade de entender quais seriam as fontes geradoras do maior dinamismo econômico de certas loca-

lidades que desencadeou tantas discussões sobre as virtudes dos distritos industriais marshallianos para o desenvolvimento; um longo debate que acabou dando origem aos amplos programas de pesquisa sobre relações das mais diversas entre mutações econômicas e recomposições espaciais.

Foi a identificação de “constelações econômicas localizadas que venciam a recessão” em áreas relativamente rurais como a Toscana e Emilia-Romagna (Itália), Baden-Württemberg (Alemanha), Cambridge (Inglaterra), Småland, (Suécia), e até essencialmente rurais, como West-Jutland (Dinamarca), que levou um grupo de pesquisadores ligados à OIT a se perguntar, em meados dos anos 1980, se essa virtuosa combinação entre eficiência e altos níveis de emprego poderia se tornar um modelo para outras regiões.

Idêntica interrogação estava no centro das preocupações que levaram à formação simultânea do Grupo Europeu de Pesquisas sobre os Ambientes Inovadores (Gremi), que se propunha a entender os processos coletivos de aprendizagem. Os desdobramentos do amplo debate que se seguiu foram evidenciando os limites da noção de “distrito”, fazendo com que paulatinamente fosse dada preferência à noção mais ampla de “sistemas produtivos locais (SPL)” (“*Local Productive Systems*”).

2. Do “distrito marshalliano” ao localismo

Muitas controvérsias foram se misturando ao debate desencadeado pelos pioneiros estudos italianos⁷, como evidenciam as revisões críticas publicadas em quatro espessas coletâneas sobre o assunto⁸. E os resultados dessa vasta produção científica ainda não explicam satisfatoriamente as razões do maior ou menor dinamismo econômico de cada território, dificultando muito qualquer tentativa de síntese. De qualquer forma, assim que algumas lições gerais sobre os “distritos” começaram a ser tiradas, foram também surgindo muitas dúvidas sobre a possibilidade de que elas pudessem vir a ser aproveitadas em contextos muito diferentes. No caso italiano, por exemplo, constatou-se uma fortíssima correlação entre a distribuição espacial da economia “difusa”, que caracterizava suas províncias mais dinâ-

micas, e a intensidade das formas familiares de agricultura (e portanto de razoável distribuição de renda). Além disso, a organização municipal específica do Centro-Norte da Itália, cuja origem remonta à Idade Média, mostrou que essas comunidades locais haviam estabelecido há muito tempo uma boa divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, uma organização muito articulada da sociedade urbana, e uma rede muito densa de comunicações.

Em áreas como o *Mezzogiorno*, historicamente fundadas em formas patronais de agricultura, não existe a mobilidade e a articulação social que engendram a criação de um grande número de flexíveis PMEs. Também não existe essa organização espacial que permite evitar uma fratura entre cidade e campo. Como enfatiza o economista industrial italiano Gioacchino Garofoli, não se trata de um processo com vocação a ocorrer em qualquer lugar, pois está ligado a alguns pré-requisitos da própria formação socioeconômica de cada território⁹.

Mas se as heranças institucionais de uma economia baseada na agricultura familiar são condições necessárias, elas estão muito longe de ser suficientes. Para que muitas empresas e muitos empregos possam ser criados em regiões não privilegiadas pela velha obsessão de “pólos” ou “eixos” urbano-industriais, também é preciso que elas disponham de um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços e, sobretudo, de condições que estimulem o “empreendedorismo”. Afinal, são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso, é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de novos produtos e serviços.

Infelizmente, não se sabe muito bem quais são os determinantes do “empreendedorismo”, apesar de sua crucial influência sobre o crescimento econômico. Sequer existe acordo sobre os indicadores que melhor reve-

lariam os graus relativos em que o fenômeno se manifesta. É sabido, entretanto, que ele também nunca ocorre de forma homogênea entre as regiões de uma mesma nação. Comparando-se extremos, percebe-se que em certas regiões da Alemanha surgem mais do que o dobro de novas firmas do que em outras. A mesma relação se aproxima do triplo na Itália, na Suécia e no Reino Unido, chegando a girar em torno do quádruplo na França e nos Estados Unidos¹⁰.

Tudo indica que essas divergências espaciais da criatividade empreendedora correspondem ao chamado fenômeno de “clustering” (formação de “feixes” ou “cachos”). Segundo uma das definições mais aceitas, “cluster” é uma concentração geograficamente delimitada de negócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças, gerando novos conhecimentos, concorrência inovadora, chances de cooperação, adequada infra-estrutura, além de freqüentemente também atraírem os correspondentes serviços especializados e outros negócios correlacionados. E os estudos sobre a relação existente entre a formação desses feixes e o “empreendedorismo” acabam sempre por enfatizar os fatores culturais que às vezes são compactados na sedutora noção de “capital social”: um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que geram a “atmosfera” necessária a seu estímulo¹¹.

São muito ilustrativas as conclusões dos balanços feitos em paralelo pelo suíço Denis Maillat e pelo italiano Giacomo Becattini, respectivamente fundador do Gremi e principal expoente dos distritólogos¹². As abrangentes pesquisas empíricas do Gremi levaram Maillat a concluir que os ambientes inovadores (*milieux innovateurs*) se manifestam em condições territoriais e produtivas das mais diversas: podem ser especializados ou multifuncionais, industriais e turísticos, urbanos e rurais, de alta tecnologia ou de tecnologia tradicional. Dá para afirmar quais são as mudanças possíveis e identificar empiricamente as que já estão em curso. Mas não se sabe o que realmente faz com que determinado território seja capaz de gerar um novo modo de organização e de produção.

A principal conclusão de Becattini é que uma política industrial só pode ser

sistemática e racional se estiver apoiada num *tableau* das relações socioeconômicas “historicamente determinadas”, isto é, numa representação da trama de sistemas produtivos locais que não isole as relações técnico-econômicas das relações socioculturais e institucionais, como faz a matriz *input-output*. A revisão dos estudos e debates sobre os distritos industriais marshallianos acabaram por convencê-lo de que os verdadeiros recursos críticos de uma economia nacional são os sistemas locais: organismos de formação lenta e difícil, que constituem um patrimônio a ser reconhecido, conservado e fortificado. Assim, para superar a ignorância reinante sobre a importância dos SPL, Becattini considera necessária a adoção de uma estratégia de pesquisa com três linhas de orientação: a) redefinição de uma grande parte do aparato teórico da economia e de outras ciências sociais; b) trabalho de campo que explore as similaridades e diferenças e não evite as conexões entre fenômenos que pertencem a campos disciplinares diversos; c) uma caracterização atenta dos SPL, na linha de trabalho explorada por seu colega Fabio Sforzi¹³.

O principal mérito de Sforzi foi tentar superar as distorções impostas pelo uso das fronteiras de caráter político-administrativo como unidade espacial de análise. Afinal, apenas uma parte das localidades pertencentes às províncias que formavam a famosa “Terceira Itália” tinham o dinamismo da economia “difusa” presentes em distritos marshallianos. Além disso, fenômeno idêntico também ocorria no noroeste (“Primeira Itália”). Era portanto necessário encontrar uma unidade espacial de análise empírica que não fosse tão distante dos marcos conceituais das análises econômicas de Giacomo Becattini, Sebastiano Brusco ou Gioacchino Garofoli e das abordagens sociológicas de Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia ou Vittorio Capecchi. A contribuição de Fabio Sforzi foi justamente a de tomar o “sistema de localidades interligadas” como padrão espacial de análise do processo de industrialização e do desenvolvimento socio-econômico em geral.

A base do argumento é que o desenvolvimento ocorre localmente quando uma indústria e uma população têm a mesma área comum de interação social e econômica.

Isso acontece em todo tipo de localidade, desde as de tipo mono-industrial até as marcadas por uma grande quantidade de pequenos negócios mais ou menos similares. O que as diferencia é a maneira pela qual as firmas e a população estão envolvidas na divisão do trabalho. Uma regionalização funcional da Itália - feita a partir de dados censitários de 1981 sobre os fluxos de deslocamento entre residência e trabalho (*journey-to-work flows*) - permitiu a identificação de 955 Áreas de Mercado de Trabalho Local (LLMAs: *Local Labour Market Areas*), que foram agrupadas em 15 tipos de sistemas locais mediante uma análise de suas estruturas socioeconômicas.

Essa importante contribuição de Sforzi foi, infelizmente, distorcida pela divisão setorial. Sua principal motivação era comparar os 61 distritos industriais marshallianos (como os de Carpi e Prato), enquanto subcategoria das 161 LLMAs de industrialização leve, a outros três tipos: a) as 76 LLMAs do norte e do centro dominadas por indústrias e serviços (como as de Milão e Florença); b) as 64 LLMAs do sul, dominadas principalmente pelos serviços (como as de Nápoles e Palermo); e c) as 96 LLMAs industriais do norte (como as de Lumezzane e Valdarno).

Ao selecionar as categorias que considerou “comparáveis”, Sforzi misturou todos os sistemas locais extra-urbanos baseados no turismo ou em atividades consideradas “semi-rurais” ou “rurais”. Pior, essas nove categorias extra-urbanas foram atiradas numa mesma gaveta com as “marginais” e as “deprimidas” do sul. Assim, 11 tipos de sistemas locais - reunindo 558 das 955 LLMAs - foram amalgamados na única categoria considerada “residual” e denominada “Resto da Itália”.

Ora, quando se examina com atenção as tabelas organizadas para fazer essa comparação, percebe-se que no período considerado - 1971/81 - a categoria “Resto da Itália” gerou proporcionalmente mais empregos no agregado do que qualquer uma das outras quatro, embora sempre tenha sido superada por alguma delas em quase todas as divisões setoriais específicas. Ou seja, sem pretender, essa contribuição de Sforzi é uma excelente ilustração do potencial gerador de empregos que também existe em sistemas

locais extra-urbanos e menos especializados. Reforça a hipótese de que nesses sistemas locais extra-urbanos e extra-industriais podem existir efeitos sinérgicos de geração de empregos comparáveis até aos que se manifestam nessa espécie de vanguarda constituída pelos distritos industriais marshallianos. Mas como eles foram todos embutidos numa única e extremamente heterogênea categoria, formada por 60% das Áreas de Mercado de Trabalho Local, incluindo até as duas mais “deprimidas” e as 41 “marginais”, fica impossível separar “o joio do trigo”.

Esse forte viés “industrialista” foi mantido na atualização feita com os dados censitários de 1991, apresentada na conferência sobre “Sistemas Locais de Pequenas Empresas e Criação de Emprego”, organizada pela OCDE em junho de 1995¹⁴. Os sistemas locais sem concentração de emprego fabril foram outra vez empacotados numa categoria “residual”, desta feita denominada “não-industrial”. O resultado ficou ainda mais estranho, pois nos anos 1980 houve redução generalizada do emprego no setor industrial, em flagrante contraste com seu aumento no setor terciário, particularmente entre as empresas de “serviços não-tradicionais”. E a inevitável conclusão foi, evidentemente, a de enfatizar que, “no mundo real”, as fronteiras entre a indústria e os serviços estão sendo progressivamente removidas...

Os trabalhos apresentados na referida conferência da OCDE marcaram uma clara ruptura com a tendência anterior de atribuir apenas à indústria a glória pelo bom desempenho econômico de determinadas áreas geográficas. Os participantes preferiram chamar a atenção para as ligações entre as empresas em geral e sua capacidade de criar redes (“*business links and networking*”) ou, de maneira ainda mais abrangente, para os sistemas locais de PMEs (“*local systems of SMEs*”). E própria idéia de “distrito” chegou a ser completamente “desindustrializada” na contribuição holandesa sobre o ‘distrito floricultor de Keukenhof’ (“*the flower-growing district of Keukenhof*”).

Pode-se dizer, portanto, que a redescoberta da noção marshalliana de “distrito” foi certamente muito enriquecedora, mas que ela não pode dar conta da complexidade e diversidade dos sistemas locais. Ao mesmo

tempo, precisa ser evitado o risco de serem criadas tantas novas noções quantas forem as situações diferenciadas. Daí a vantagem da noção de “sistemas produtivos locais” (“*local productive systems*”) que acabou, aliás, entrando no subtítulo da publicação dos anais dessa conferência da OCDE sobre “Sistemas Locais de Pequenas Empresas e Criação de Emprego”.

Nos Estados Unidos, 60% das atividades econômicas puderam ser atribuídas a um total de 380 “*clusters*” em diversas fases de amadurecimento, e depois classificados em apenas quatro tipos de origens: a) recursos naturais estratégicos, como nos casos de Chicago (agroalimentar); b) fontes de novas tecnologias, como o Vale do Silício (microeletrônica); c) mercados de trabalho especializado, como Dalton, na Georgia (tapetes) ou Tupelo, no Mississippi (móveis); e d) oportunidades mercadológicas, como Buffalo, em New York (meio ambiente), ou mesmo New York City (jóias).

Todos os que procuraram entender qual é a relação existente entre a formação desses feixes e o empreendedorismo acabaram por enfatizar os mesmos fatores culturais presentes em todas as caracterizações de “distritos” ou “SPL”. Como já foi dito, a única diferença é que esses fatores culturais são muitas vezes compactados na sedutora noção de “capital social”, relançada com muita perspicácia pelas pesquisas coordenadas por Robert Putnam sobre as diferenças de desempenho institucional das diversas províncias da Itália. Muitas vezes, o capital social é entendido como um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que alavancam a cooperação. Outras vezes, essa expressão “capital social” é expressamente evitada e substituída por longas considerações sobre misteriosos processos formadores de atitudes culturais que afetam não somente a disposição a cooperar com outros, mas, sobretudo, as estruturas institucionais que influenciam o empreendedorismo.

Uma excelente síntese da questão foi feita por Sebastiano Brusco ao apontar as três lições essenciais que devem ser tiradas da experiência italiana: a) a necessidade de combinar concorrência com cooperação; b) a necessidade de combinar conflito com parti-

ciação; e c) a necessidade de combinar o conhecimento local e prático com o científico. Essas três lições fazem com que a interrogação central passe a recair, portanto, sobre as condições que permitem a emergência de instituições mais favoráveis a essas três combinações. E a resposta - como não poderia deixar de ser - é afirmação de que o desenvolvimento depende essencialmente do papel catalisador que desempenha um *projeto* elaborado por *atores locais*.

Nota-se, portanto, que nessa tortuosa evolução do debate internacional desencadeado pelos estudos sobre os distritos industriais marshallianos, ganhou forte respaldo científico uma perspectiva contrária à que predominou durante muito tempo nas esferas governamentais e nas organizações internacionais que procuram influenciar os rumos das políticas econômicas nacionais.

Com muito atraso, estas começaram a levar a sério proposições sobre desenvolvimento "endógeno", desenvolvimento "de baixo para cima", e até sobre "ecodesenvolvimento"¹⁵, acabando por admitir que as *iniciativas locais* podem ser cruciais para o desenvolvimento, pois se tornam importante fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores. Evidentemente, não demoraram tanto a aparecer as limitações inerentes às resultantes políticas do "desenvolvimento local", o que acabou por estimular debates dos mais bizantinos sobre as relações entre o "local" e o "global" no processo de desenvolvimento, nos quais costumam até a se levar a sério ridículas disputas entre o "glocalismo" e o "lobalismo"...

3. Do planejamento regional ao desenvolvimento territorial

Durante a "era de ouro" (1948-73), a preocupação de minorar as distorções espaciais fatalmente provocadas pelo crescimento econômico levou à montagem de estruturas administrativas cuja principal missão seria a de "planejar" ou "ordenar" o povoamento (ou ocupação) de territórios nacionais mediante determinadas orientações de investimentos públicos em infra-estrutura e várias formas de incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados. Surgiram então vários tipos de arranjos adminis-

trativos nacionais de "planejamento regional" (ou "ordenamento territorial"), que não podiam se basear em qualquer experiência acumulada em países capitalistas. As raras tentativas anteriores haviam sido todas restritas a uma determinada região, além de pertencerem ao contexto inverso, isto é, o da contração da economia mundial durante o entre-guerras. Foi nos anos 1930 que a experiência do *New Deal* com a TVA (*Tennessee Valley Authority*) incentivou o governo britânico a dar um tratamento diferenciado a suas áreas de mineração muito afetadas pela crise, e estimulou o governo italiano a adotar medidas que pudessem reduzir a miséria do *Mezzogiorno*. Antes disso houve imenso desprezo pelo fator espacial, tanto nas políticas econômicas, quanto na ciência na qual pretendem se inspirar. No capitalismo anterior a 1929, talvez só possam ser citadas as propostas dos saint-simonianos e a obra teórica de Von Thünen como as exceções que confirmam a regra.

Duas reações ao "marasmo" econômico que se seguiu à "era de ouro", a partir dos anos 1970, pressionaram muitos desses recentes aparatos de planejamento (ou ordenamento) a redefinir sua missão. Uma delas foi a forte vaga de "descentralização" baseada na idéia de que as distorções que produziam as disparidades regionais desapareceriam por si só, caso as administrações locais tivessem mais liberdade, poder e meios de ação. Outra foi o impulso para uma maior integração supra-nacional, que se manifestou principalmente no oeste europeu, mas que vem tendo desdobramentos semelhantes em outras regiões dos continentes americano e asiático. E foi como resultado dos mais evidentes dessa dupla pressão que se deu o deslize semântico para "desenvolvimento espacial" e, principalmente, para "desenvolvimento territorial".

As vantagens das palavras "espaço" e "território" são evidentes: não se restringem ao fenômeno "local", "regional", "nacional" ou mesmo "continental", podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões. A UE vinha elaborando há quatro anos sua "perspectiva" ou "esquema" de "desenvolvimento espacial"¹⁶, quando a OCDE criou um novo serviço com a missão de levar seus países membros a elaborar suas próprias con-

cepções de “desenvolvimento territorial”¹⁷. Muito mais significativas, entretanto, parecem ser as motivações que levaram ao progressivo uso do substantivo “desenvolvimento” para substituir os fora de moda “planejamento” e “ordenamento”.

Na França, foi uma comissão interministerial “de ordenamento do território” que preparou um projeto de lei de orientação “para o desenvolvimento do território”. Tal fato é considerado marco simbólico de uma virada, mesmo que do debate parlamentar tenha resultado, em 4 de fevereiro de 1995, uma lei que acabou conservando os dois vocábulos (“*l'aménagement et le développement du territoire*”). Basicamente porque o ordenamento seria algo “consentido, outorgado e redistributivo”, enquanto o desenvolvimento seria “desejado, partilhado e produtor de riquezas”. Ou ainda, porque se pretende cruzar, num mesmo espaço, uma política “descendente (ordenamento) com uma política ascendente (desenvolvimento)”¹⁸.

A “perspectiva” europeia de desenvolvimento espacial (UE/ESDP) tem dois objetivos essenciais: aumentar a capacidade competitiva de territórios cuja integração no processo concorrencial é inadequada, e limitar os efeitos negativos de uma concorrência exacerbada. Nos dois casos, a abordagem espacial procura uma melhor combinação entre competição e cooperação, de forma que o conjunto do território europeu possa atingir um nível ótimo de competitividade, reforçando, ao mesmo tempo, sua coesão econômica e social. Para atingir esses objetivos, os meios foram agrupados em três conjuntos operacionais: a) um sistema policêntrico de cidades, com uma nova relação urbano/rural; b) uma paridade de acesso à infraestrutura e ao conhecimento; c) uma gestão mais prudente das heranças natural e cultural¹⁹. Para tanto, os vetores do desenvolvimento espacial europeu²⁰ foram triados em termos de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (“*SWOT analysis*”) sendo identificado um conjunto de 13 principais tendências (3 demográficas, 4 econômicas e 6 ambientais), destacando-se o fato da economia e do emprego europeus se tornarem cada vez mais dependentes das pequenas e médias empresas (PMEs) como a mais importante das tendências econômicas.

Uma das principais ambições do ESDP é tornar mais coerentes as quatro políticas comunitárias de “significativo impacto espacial” que foram substancialmente fortalecidas, em 1992, tanto pelo Tratado de Maastricht, como pelo subseqüente Conselho Europeu reunido em Edinburg: a) a agrícola (PAC), reformada nesse mesmo ano; b) a dos “Fundos Estruturais”, ao qual foi juntado o novo “Fundo de Coesão”; c) a de transportes e comunicações, agrupadas sob a sigla “TENS” (“*Trans-European Networks*”); e d) a política ambiental.

O serviço de desenvolvimento territorial da OCDE só foi criado por seu Conselho no início de 1994, quase um ano depois da apresentação formal do projeto pelo Secretário Geral. Com o firme apoio da representação austríaca, ele propôs o agrupamento de quatro unidades até ali dispersas em outras divisões: os grupos especializados em questões urbanas, desenvolvimento rural e desenvolvimento regional, mais o programa de ação e cooperação sobre iniciativas locais de criação de emprego²¹. Baseou tal proposta em duas justificativas, uma de ordem política e outra de ordem operacional:

a) As zonas urbanas, suburbanas e rurais são cada vez mais interdependentes e os problemas de uma delas também interferem nas outras. Por exemplo, os fenômenos de aglomeração e de congestão urbana são inseparáveis da debilitação de certas regiões e do êxodo rural. Além disso, os efeitos de proximidade tornam ainda mais manifesta a necessidade de uma abordagem política coordenada, que possa integrar o conjunto dos aspectos do desenvolvimento. Assim, na escala local, os problemas de emprego, de harmonia social, de qualidade da vida – para tomar apenas alguns exemplos – são indissociáveis [...].

b) O desenvolvimento harmônico do tecido econômico está no centro dos trabalhos dos grupos que tratam de assuntos urbanos, locais, rurais e regionais. Isso se traduz por ações que visam encontrar, para uma determinada zona, um equilíbrio entre o fortalecimento de sua capacidade concorrencial e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Atingir esse objetivo exige a criação de novas formas de parcerias entre os atores envolvidos, quer eles sejam públicos, privados, nacionais, regionais ou locais. Estímulo a projetos, iniciativa rural, ação urbana, tudo isso decorre da mesma idéia, segundo a qual as contribuições locais permitem operar mudanças significativas na paisagem socioeconômica territorial²².

Durante o primeiro debate dessa proposta, três outras delegações – Austrália, Canadá e Noruega – juntaram-se à da Áustria

para considerar o novo serviço como “primeira etapa lógica” de um processo que deveria permitir à OCDE uma abordagem analítica mais horizontal das questões relativas ao desenvolvimento econômico, social e ecológico de seus países membros. Em seguida, as delegações da Holanda e da Suíça foram ainda mais longe, chegando a propor, inclusive, a “completa fusão dos órgãos subsidiários dos quatro grupos”. Mas tanto entusiasmo esbarrou na resistência das delegações do Japão, da Bélgica e do Reino Unido, e numa certa hesitação por parte dos representantes da Irlanda e da Espanha. Muitas dessas reticências eram de ordem orçamentária, mas também foi mencionado o temor de que o novo serviço viesse a reforçar a concentração da OCDE em “questões de desenvolvimento econômico e industrial em detrimento dos problemas ambientais, do turismo e da cultura”²³. Como tais “dúvidas” não foram completamente superadas, elas voltaram a se manifestar em 1998. Mas, até o momento, nada disso alterou a natureza do “TDS”, que continua a ser apresentado da seguinte forma:

Fatores espaciais são elementos importantes na ‘real’ organização da atividade econômica, mas continuam fora do escopo dos atuais macro referenciais. Esses dois mundos – o dos gestores da política macroeconômica e o das localidades, cidades e regiões – continuam bem independentes um do outro, mesmo quando muitas questões consideradas ‘locais’ têm revelado um caráter cada vez mais ‘transfronteiriço’. De resto, distorções econômicas e sociais continuam a afetar a alocação espacial de recursos e de renda – assim como o papel do setor público – não podendo, portanto, ser ignoradas pelas abordagens mais gerais sobre o crescimento e o ajuste estrutural.

Contra esse tipo de herança, a OCDE reforçou seu trabalho sobre as relações entre políticas governamentais de caráter urbano, rural, regional e local, mediante o agrupamento dessas atividades em um único Serviço de Desenvolvimento Territorial. Uma preocupação central é entender como as políticas desses quatro núcleos relacionados ao espaço podem efetivamente contribuir para reformas estruturais e funcionamento das forças de mercado, e particularmente para a capacidade de geração de empregos produtivos, de adequado aproveitamento de recursos humanos, de melhoria do padrão e da qualidade de vida, de resposta à crescente demanda de amenidades, e de prevenção contra a marginalidade social e a degradação ambiental; enfim, todos os componentes indispensáveis ao bom funcionamento das localidades, cidades e regiões²⁴.

Um dos fatores que fez brotar no interior da OCDE a idéia de juntar sob o lema do “desenvolvimento territorial” seus núcleos voltados aos problemas urbanos, rurais e regionais foi, com certeza, mais de um decênio de experiência com o programa dedicado à geração de empregos mediante estímulos ao “desenvolvimento local”. Esse programa de ação e cooperação sobre iniciativas locais de criação de emprego – que hoje se chama “LEED – *Local Economic and Employment Development*” – foi criado em 1982, e deu origem a uma vasta rede de intercâmbio que divulga análises e relatos de experiências concretas por meio de “notebooks” e de uma “newsletter” intitulada *Innovation & Employment*, que chegou a ser editada em parceria com a União Européia.

Em maio de 1993, o comitê diretor desse programa decidiu fazer uma série de avaliações nacionais das políticas e práticas de desenvolvimento local. O foco desses estudos anuais deveria estar justamente nas relações entre as políticas nacionais, regionais e locais, de tal forma que se pudesse discutir a coerência dos programas de desenvolvimento local de cada país. O primeiro a se candidatar a esse tipo de avaliação foi o governo austríaco, numa iniciativa conjunta de sua ‘Chancelaria Federal’ e do seu ‘Serviço de Mercado de Trabalho’. Além de quatro funcionários da OCDE e de dois representantes de países membros (Holanda e Canadá), o grupo de trabalho encarregado dessa avaliação contou com a colaboração de dois especialistas convidados: Michael Piore, do MIT e Alvaro Espina y Montero, assessor especial do Ministro da Economia da Espanha.

Como logo no início dos anos 1970 a Áustria foi drasticamente atingida pela crise do padrão de crescimento da “era de ouro”, ela foi um dos primeiros países a experimentar as opções de “reestruturação industrial” discutidas no âmbito das organizações internacionais ao longo dos anos 1980, e que acabaram convergindo para a idéia central de promover o “desenvolvimento local”. Isso teve um claro impacto no “Conceito Austríaco de Planejamento Regional”, reelaborado a cada dez anos por uma “Conferência sobre Planejamento e Políticas Regionais (ÖROK)”, presidida pelo chanceler federal

e formada por vários ministros, governadores das *Länder* e representantes das comunidades locais. A principal diferença entre os “conceitos” de 1981 e de 1991 foi que o último não visa diretamente a redução das diferenças regionais de padrão de vida, nem a criação/atração de novas empresas em áreas menos favorecidas mediante incentivos financeiros. O texto de 1991 procurou, ao contrário, definir com clareza o potencial de cada região para um desenvolvimento “endógeno”, dando origem, no âmbito federal, ao “Programa para o Desenvolvimento Regional Endógeno (FER)”.

Ao tirar as lições da experiência austríaca de “ajustamento local à reestruturação industrial”, o relatório do grupo avaliador da OCDE fez uma leve crítica a essa evolução, enfatizando que o grande perigo da abordagem do desenvolvimento local é a simples agregação de programas, sem uma estratégia que de fato possa mobilizar o conjunto das comunidades. Ou ainda, que “a estratégia de desenvolvimento local é particularmente válida como um complemento do desenvolvimento regional no âmbito de uma estratégia maior baseada no conceito de ‘desenvolvimento territorial’ – a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno”²⁵.

Outro fator que certamente contribuiu para que a OCDE decidisse criar um serviço de desenvolvimento territorial foi quase um decênio de experiência com o programa de desenvolvimento rural, particularmente o Projeto sobre Indicadores de Emprego Rural (“REMI Project”). Foi ele que deixou claro o quanto podem ser enganosas as comparações cronológicas de indicadores de emprego para uma mesma área, e o quanto podem ser instrutivas as comparações espaciais em um mesmo momento. Apesar da base estatística da OCDE ser uma das que melhor permite comparações entre países – isto é, territórios – até o início dos anos 1990 essa organização só dava atenção às séries temporais de cada país membro. No entanto, as diferenças cronológicas das taxas de desemprego, por exemplo, são muito menos significativas que as disparidades entre os países membros. Em 1995, essas taxas variavam de menos de 3% no Japão a mais de 23% na

Espanha. E as disparidades regionais dentro de cada país eram ainda mais importantes.

Também se deve ao REMI a demonstração de que o sucesso e o insucesso em criar novas oportunidades regionais de emprego não estão estritamente correlacionados aos graus de urbanidade ou de ruralidade. A ruralidade não é deficiência, e também não é sinônimo de declínio; tanto quanto urbanidade e aglomeração não garantem automaticamente um próspero desenvolvimento. Em vez de comparar apenas as diferenças entre áreas rurais e urbanas, tornando implicitamente o urbano como modelo para o rural, o REMI preferiu se dedicar a comparações entre regiões mais e menos dinâmicas. Principalmente porque as regiões rurais mais dinâmicas podem ser melhor referência para similares mais atrasadas do que o seriam as urbanas. E foi a partir desse tipo de comparações realizadas pelo REMI que o programa de desenvolvimento rural da OCDE passou a ganhar consistência.

O eixo dos poucos trabalhos sobre questões rurais feitos durante os anos 1980 era a necessidade de melhorar sua gestão pelos aparelhos de administração governamentais. Como a elaboração de políticas para o meio rural depende de um amplo e heterogêneo conjunto de entidades públicas, os principais desafios convergiam sistematicamente para a necessidade de realizar um trabalho cooperativo. Não é de se estranhar, portanto, que a palavra-chave dessa fase tenha sido “parceria”. Nessa linha, diversas atividades que juntaram responsáveis nacionais pelas políticas de desenvolvimento rural com estudiosos do assunto, revelaram o quanto era precário o entendimento da imbricação dos problemas rurais com as mais amplas tendências socioeconômicas, ambientais e políticas. Isto é, a necessidade de uma “uma abordagem mais global, e inclusive territorial, da política rural”²⁶.

Além disso, processos de reforma das políticas agrícolas estavam em curso em muitos países membros e, principalmente, na Comunidade Européia. Tudo isso certamente ajudou para que, em 1991, o Conselho da OCDE resolvesse criar um programa voltado especificamente para o fenômeno rural, tendo como primeira tarefa a elaboração de um relatório, só publicado em 1993 com o

provocativo título “Que futuro para os nossos campos?” (“*What Future for Our Countryside?*”, “*Quel avenir pour nos campagnes?*”). E talvez tenha sido justamente por mostrar a dificuldade de se encontrar respostas convincentes a essa grande interrogação, que esse trabalho tenha contribuído, não só para a criação do Serviço de Desenvolvimento Territorial, mas, sobretudo, para que se investisse em ‘estudos de caso’ e ‘oficinas de trabalho’ que pudessem trazer novos “insights”, mesmo que não trouxessem conclusões generalizáveis.

Essa linha mais empírica de trabalho foi tão fecunda que torna impossível qualquer pretensão a uma síntese que lhe faça justiça. Mas há três pontos que não podem deixar de ser registrados: a) a matriz dos principais bens e serviços que aproveitam as vantagens competitivas do meio rural (que resultou de investigações sobre a equivocada noção de “nichos de mercado”); b) as razões da lentidão do processo de aproveitamento dessas vantagens competitivas; e, sobretudo, c) a crescente evidência de que estão nos patrimônios natural e cultural (“*rural amenities*” ou “*aménités rurales*”) as principais vantagens competitivas dos espaços rurais.

Ao selecionar os estudos de caso, a ênfase recaiu sobre os bens e serviços que usam recursos mais freqüentes nas áreas rurais. Em seguida fez-se uma classificação segundo três características – recursos naturais, heranças culturais e tradicionais, e recursos ambientais – e dois critérios econômicos – bens e serviços – da qual resultou uma “matriz” com seis janelas que ilustram muito bem a diversidade da economia rural. Depois foi feita uma lista dos oito obstáculos que mais dificultam um aproveitamento econômico mais rápido desses recursos, com ênfase especial para a distância que existe entre a realidade de formações sociais ainda “agrárias” e a própria natureza das modernas atividades de “marketing”.

O que mais chama a atenção nas seis janelas da matriz da diversidade rural é que todas elas estão umbilicalmente ligadas ao aproveitamento econômico do que se convencionou denominar “amenidades”. Ou seja, em sua etapa mais avançada, o desenvolvimento rural depende muito mais das possíveis maneiras de tornar rentável a preservação de peculiaridades naturais e

culturais, do que da exploração dos velhos trunfos baseados na exploração da fertilidade dos solos, ou no aproveitamento de vantagens de localização industrial. E quando se consegue estabelecer uma sinergia entre preservação de “amenidades” e dinamismo econômico – como acontece, por exemplo, no caso da trilha de fronteiras suíça, ou no dos parques naturais franceses – fica simplesmente impossível dizer se a atividade é “primária”, “secundária” ou “terciária”.

A idéia de que os países membros da OCDE devem dar alta prioridade à capitalização do valor das “amenidades rurais” foi a principal conclusão da oficina de trabalho realizada em setembro de 1997 no Japão, na qual foram analisados estudos de caso referentes a doze países (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Finlândia, França, Grécia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Suíça). E as resultantes recomendações sugerem a adoção de dois tipos básicos de políticas: a) políticas que estimulem a direta coordenação entre os provedores e os beneficiários das amenidades (apoio à ação coletiva e à valorização comercial); b) políticas que ajudem a mudar certas regras econômicas (regulamentações e incentivos financeiros).²⁷

Conclusões

O próprio caráter da exposição feita nos três tópicos anteriores impede que dela se tirem verdadeiras conclusões (isto é, sínteses de confirmações ou refutações de hipóteses). Mas permite que sejam formuladas dez proposições em torno das quais deve se organizar o debate que permitirá o avanço das pesquisas sobre a face territorial do desenvolvimento:

a) É errado abordar as relações entre cidade e campo nos termos em que se desenrola o debate sociológico, isto é, de “dicotomia x *continuum*”. O aumento da densidade demográfica nas zonas “cinzentas” – que deixaram de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbanas – não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade

com a natureza.

b) Também é errado opor uma tendência de “ressurreição rural” à velha tese da “desertificação rural”. Em termos estritamente demográficos, há áreas rurais que continuam se esvaziando e outras que se recuperam. Mas as possibilidades de dinamismo econômico dessas áreas não estão necessariamente correlacionadas às tendências demográficas, uma vez que as mais promissoras vantagens competitivas das áreas rurais são “amenidades” que dependem de heranças naturais e culturais, podendo ser até melhor aproveitadas por movimentos apenas temporários de população.

c) O processo de aproveitamento das novas vantagens competitivas tem sido muito lento porque depende dos inúmeros e pouco conhecidos determinantes do “empreendedorismo”. A ênfase no caráter endógeno de tais determinantes - que está embutida no uso cada vez mais freqüente da noção de “capital social” - não deve, todavia, levar a pensar que possam ser menos interessantes os determinantes exógenos que resultam da importância que o conjunto da sociedade dá ao patrimônio natural e cultural de seus espaços rurais.

d) Fatores supranacionais - como a integração europeia ou, de forma mais ampla, a regionalização internacional e a “mundialização” ou “globalização” - têm provocado uma heterogênea evolução das políticas governamentais. A crescente exposição ao comércio internacional e à aceleração do progresso tecnológico exigem mudanças estruturais que permitam remover obstáculos ao crescimento e ajudem a aproveitar novas oportunidades. Muitas dessas mudanças estruturais são de caráter subnacional, mostrando a pertinência de uma abordagem *territorial*, para a qual os quadros dirigentes estão, contudo, despreparados. Sabem que o principal desafio é identificar os fatores que permitiriam ampliar as oportunidades de desenvolvimento das regiões menos dinâmicas, mas também não ignoram que a resposta depende de uma explicação ainda muito precária sobre as razões desse menor dinamismo.

e) O uso cada vez mais freqüente da noção “DT: desenvolvimento territorial” (ou “espacial”, como prefere a Comissão

Europeia), tende a substituir a tradicional expressão “desenvolvimento regional”, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional, e até continental (no caso da Europa).

f) Mas essa retórica do “DT” também deve muito à evolução paralela dos debates da “economia industrial”, da “economia rural” e da “economia regional e urbana”. Nos últimos quinze anos houve nessas três disciplinas uma forte valorização da escala “local”, logo seguida (ou acompanhada) da necessidade óbvia e imperiosa de não isolá-la das escalas superiores que vão até a “global”.

g) A retórica do “DT” é certamente melhor que a do “desenvolvimento local”, mas ambas estão longe de engendrar uma ‘teoria & prática’ que venha, de fato, superar as divisões setoriais (primário, secundário e terciário) e também permitir um tratamento integrado da divisão espacial (cidade e campo).

h) As mudanças semânticas do debate público sempre revelam um sentimento coletivo de que noções utilizadas até determinado momento não mais dão conta da percepção que se tem dos problemas enfrentados, nem exprimem direito o que se gostaria ou pretenderia fazer em seguida. Ou seja, são mudanças que refletem as hesitações intrínsecas ao enunciado de novos projetos sociais, e, por isso mesmo, as novas noções em torno das quais se organiza o debate público costumam ser sempre muito imprecisas, fluidas e ambíguas.

i) Não há, portanto, muito interesse em saber qual pode ser a utilidade de cada um dos inúmeros adjetivos que têm sido acrescentados ao substantivo “desenvolvimento” conforme evolui o debate público sobre essa grande utopia dos últimos cinquenta anos. Por isso, em vez de comparar o valor relativo das inúmeras maneiras pelas quais se pode subjetivamente qualificar o desenvolvimento como objetivo central das políticas públicas, o que interessa é discutir a real relevância da dimensão territorial do processo objetivo de desenvolvimento.

j) É muito cedo para saber se, além de um indiscutível progresso retórico, a noção “desenvolvimento territorial” traz algo de realmente novo para um eventual desen-

volvimento das regiões sem dinamismo econômico, que também costumam ser chamadas de periféricas ou atrasadas. Por exemplo, se estão melhorando as chances de uma região como o sul da Itália (“Segunda Itália”) romper com a estagnação, mesmo que não possa deixar de ser periférica e atrasada em comparações com as regiões mais dinâmicas. Não apenas porque a abordagem territorial só começou a engatinhar em meados dos anos 1990, mas também porque é muito difícil avaliar se as transformações positivas que estão ocorrendo no *Mezzogiorno*²⁸ poderão vir a ser, de fato, favorecidas por essa nova abordagem.

Este texto, que é parte do primeiro relatório de andamento da pesquisa que o autor está realizando na Europa com auxílio da FAPESP, já incorpora alguns dos comentários gentilmente enviados pelos colegas Ademir Cazella, Eduardo Ehlers, Ignacy Sachs, e Ricardo Abramovay.

Notas:

- ¹ Conforme tipologia da OCDE baseada na proporção da população regional que vive em localidades rurais, isto é, com menos de 150 hab/km². ‘Essencialmente Rurais’ são as regiões nas quais mais de 50% das localidades são rurais; ‘Relativamente Rurais’ são as regiões nas quais entre 15 e 50% das localidades são rurais; ‘Essencialmente Urbanas’ são as regiões nas quais menos de 15% das localidades são rurais. Ver a propósito Abramovay (1999a).
- ² Um excelente discussão desse problema está em Bertrand (1975).
- ³ Ver sobre este assunto o interessante artigo de Larceneux (1996).
- ⁴ “It is impossible for a rural area to develop without automatically becoming non-rural” (Saraceno, 1994, p. 468).
- ⁵ Cf. OCDE (1997).
- ⁶ Parafrazeando Jean Rostand, vale lembrar que é muito mais fácil se entender com quem fala outra língua do que se entender com quem dá outros sentidos às mesmas palavras...
- ⁷ Realizados desde o final dos anos 1970 pelos economistas Giacomo Becattini, Gioacchino Garofoli, Sebastiano Brusco e Fabio Sforzi e pelos sociólogos Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia e Vittorio Capecchi.
- ⁸ Benko e Lipietz (1992); Rallet e Torre (1995); Abdelmalki e Courlet (1996); e Pecqueur (1996).
- ⁹ Cf. Garofoli (1996, p. 370). Ou seja, deve ser impossível a ocorrência dessa economia “difusa” em vastas áreas do território brasileiro, embora ela seja não só possível, como muito provável, no norte gaúcho, em Santa Catarina, no sudoeste do Paraná, em algumas mesorregiões do Sudeste e do Nordeste, e até em certas microrregiões do Centro-Oeste e do Norte.
- ¹⁰ Cf. OCDE (1998).
- ¹¹ Sobre a noção de “capital social”, ver Abramovay (1999b).
- ¹² Cf. Maillat (1995) e Becattini e Rullani (1995).

¹³ Cf. Becattini e Rullani (1995, p. 188-190).

¹⁴ Cf. Sforzi (1996).

¹⁵ cf. Friedmann e Weaver (1979); Sachs (1980); Stöhr (1981).

¹⁶ Chamada de “European Spatial Development Perspective (ESDP)” ou “Schéma de Développement de l’Espace Communautaire (SDEC)”.

¹⁷ O “Territorial Development Service” (TDS) foi criado em 1994.

¹⁸ Leurquin (1998, p. 196).

¹⁹ Cf. UE/ESDP (1997).

²⁰ Sendo 5 relativas às estruturas urbanas; 2 relativas à mudança do papel das áreas rurais; 7 relativas às mudanças nos transportes, comunicações e conhecimento; e 4 relativas à contínua pressão sobre as heranças natural e cultural.

²¹ Esse programa, cuja sigla original era “ILE”, passou depois a ser denominado “LEED: Local Economic and Employment Development”.

²² Tradução livre de trechos do parágrafo 11 da “Nota do Secretário Geral” C(93)83, de 29/06/93.

²³ Estas observações resultam de uma leitura do processo verbal da reunião do Conselho, um documento “reservado” da OCDE.

²⁴ Tradução livre do tópico “Territorial Development” da brochura *The OECD in the 1990s*, p. 40-41.

²⁵ Cf. OCDE (1995, p. 77).

²⁶ Cf. OCDE (1993, p. 46).

²⁷ Cf. OCDE (1999:32-34).

²⁸ Fala-se mesmo de uma “grande svolta”. Ver a propósito Bodo e Viesti (1997).

Referências bibliográficas

- ABDELMALKI, Lashen; Claude Courlet (eds.). *Les Nouvelles Logiques du Développement*. Paris, L’Harmattan, 1996.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Relatório de Pesquisa IPEA*, (BRA/97/013), 1999a, 46 p.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Porto Alegre, 01-04/06/99.
- BAGNASCO, Arnaldo; TRIGILIA, Carlo (dir.). *Società e Politica nelle Aree di Piccola Impresa*, Venezia, Arsenale Editrice, 1984.
- BECATTINI, Giacomo. Dal ‘settore industriale’ al ‘distretto industriale’. Alcune considerazioni sull’unità d’indagine dell’economia industriale, *L’industria. Rivista di Economia e Politica Industriale*, n. 1, 1979.
- BECATTINI, Giacomo; RULLANI, Enzo. Système local et marché global. Le district industriel. In: Alain Rallet; André Torre (coord.). *Économie Industrielle et Économie Spatiale*, Paris, Economica, p. 171-190, 1995.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (dir.). *Les Régions qui Gagnent; Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*, Paris, PUF, 1992.
- BERTRAND, Georges. Pour une histoire écologique de la France rurale. In: Georges Duby; Armand Wallon (dir.). *Histoire de la France Rurale*, Paris, Éditions du Seuil, vol I (Ouverture), p. 39-118, 1975.

- BODO, Giorgio; VIESTI, Gianfranco. *La Grande Svolta; Il Mezzogiorno nell'Italia degli anni novanta*. Roma, Donzelli, 1997.
- BRUSCO, Sebastiano. The idea of the industrial district: its genesis. In: Frank Pike, Giacomo Becattini; Werner Sengenberger (eds.). *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation in Italy*. Geneva, International Labour Organisation (International Institute for Labour Studies), 1990, p. 10-19.
- _____. Trust, social capital and local development: some lessons from the experience of the Italian districts. In: OCDE. *Networks of Enterprises and Local Development*. Paris, OCDE, 1996, p. 115-9.
- FRIEDMANN, J.; WEAVER, C. *Territory and function: the evolution of regional planning*, Londres, Edward Arnold, 1979.
- GAROFOLI, Gioacchino. Industrialisation diffuse et systèmes productifs locaux: un modèle difficilement transférable aux pays en voie de développement. In: Lashen Abdelmalki; Claude Courlet (eds) *Les Nouvelles Logiques du Développement*. Paris, L'Harmattan, 1996, p. 367-81.
- LARCENEUX, André. Les nouveaux chantiers de la théorie économique spatiale. In: Bernard Pecqueur (ed.) *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*, p. 137-156, Paris, L'Harmattan, 1996.
- LEURQUIN, Bernard. Le pays: un espace pertinent pour l'aménagement et le développement du territoire. In: Guy Loinger; Jean-Claude Némery (eds.). *Recomposition et Développement des Territoires; Enjeux économiques, processus, acteurs*. Paris, L'Harmattan, 1998, p. 191-210.
- MAGNAGHI, Alberto. Il patrimonio territoriale: un codice genetico per lo sviluppo locale autosostenibile. In: Alberto Magnaghi (dir.). *Il Territorio degli Abitanti; Società locali e autosostenibilità*. Milão, Dunod, 1998, p. 3-20.
- MAILLAT, Denis. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. In: Alain Rallet; André Torre (coord.). *Économie Industrielle et Économie Spatiale*. Paris, Economica, 1995, p. 211-232.
- OCDE. *What Future for Our Countryside? A Rural Development Policy*, Paris, OCDE, 1993.
- _____. *The OECD in the 1990s*. Paris, OCDE, 1994. (brochura)
- _____. *Local Responses to Industrial Restructuring in Austria*, (Territorial Development Service). Paris, OCDE, 1995.
- _____. *Le Partenariat aux États-Unis* (Examen de l'OCDE des Politiques Rurales; Territorial Development Service), Paris, OCDE, 1997.
- _____. *Fostering Entrepreneurship; The OECD Job Strategy*. Paris, OCDE, 1998.
- _____. *Cultivating Rural Amenities; An Economic Development Perspective*, (Territorial Development Service), Paris, OCDE, 1999.
- PECQUEUR, Bernard (ed.). *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*, Paris: L'Harmattan, 1996.
- RALLET, Alain; TORRE, André (coord.). *Économie Industrielle et Économie Spatiale*, Paris, Economica, 1995.
- SACHS, Ignacy. *Stratégies de l'Éco-développement*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1980.
- SARACENO, Elena. Alternative readings of spatial differentiation: The rural versus the local approach. In: Italy *European Review of Agricultural Economics*, 21, 1994, 451-474.
- SFORZI, Fabio. The quantitative importance of Marshallian industrial districts in the Italian economy. In: Frank Pike, Giacomo Becattini; Werner Sengenberger (dir.). *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation in Italy*, p. 75-107, Geneva: International Labour Organisation (International Institute for Labour Studies), 1990.
- _____. Local systems of small and medium-sized firms and industrial changes. In: OCDE. *Networks of Enterprises and Local Development*. Paris, OCDE, 1996, p. 99-113.
- STÖHR, W. B. Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm. In: W. B. Stöhr; D. R. F Taylor (eds.). *Development from Above and Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*, Chichester, Wiley, 1981.
- UE/ESDP. *European spatial development perspective. First official draft*; Presented at the informal meeting of Ministers responsible for spatial planning of the member states of the European Union", Noordwijk, 09-10/06/97, 72 p.

Desenvolvimento e educação em comunidades indígenas: uma parceria necessária

Development and education in indigenous communities: an usefull partnership

Desarrollo y educación en comunidades indígenas: una aparcería necesaria

Marta Regina Brostolin

Universidade Católica Dom Bosco

contato: brosto@ucdb.br

Resumo: O presente artigo aborda o tema desenvolvimento, questiona a forma como ainda se apresentam projetos na área, preocupados com a produção e não com as pessoas, principalmente quando se trata de planos e estratégias de desenvolvimento voltados para as comunidades indígenas. Na concepção atual, o processo de desenvolvimento deve estar centrado no ser humano, na busca por uma qualidade de vida. Nesta perspectiva, a educação pode ser o espaço promotor de uma relação intercultural de respeito, autonomia e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento; educação; comunidades indígenas.

Abstract: This article reports on the theme of development, questioning how the projects are presented in this area, always concerned with production and not people, mainly when development and strategies are planned for the Indian community. In today's conception, the developmental process must focus on the human being, seeking good life quality. From this viewpoint, education can be the promoting area for an intercultural relationship of respect, autonomy and development.

Key words: Development; education; Indian communities.

Resumen: El presente artículo aborda el tema desarrollo, cuestiona la manera como aún se presentan los proyectos en el área, preocupados con la producción y no con las personas, principalmente cuando se trata de planes y estrategias de desarrollo direccionados a la comunidad indígenas. En la actualidad, el proceso de desarrollo debe estar centrado en el ser humano, en la búsqueda de una cualidad de vida. En esta perspectiva, la educación puede ser el espacio promotor de una relación intercultural de respeto, autonomía y desarrollo.

Palabras claves: Desarrollo; educación; comunidades indígenas.

1. Introdução

Desenvolvimento é o desafio mais presente que a humanidade enfrenta nos dias de hoje. A maioria dos planos de desenvolvimento no mundo em desenvolvimento seria muito diferente se sua preocupação fosse com as pessoas e não com a produção.

Uma estratégia de desenvolvimento humano deve ser descentralizada para envolver a participação da comunidade. Objetivos notáveis de desenvolvimento humano adotados em planos nacionais são frequentemente frustrados porque aos beneficiários é dada pouca oportunidade de participação no planejamento e implementação. Quando os projetos se destinam a comunidades indígenas, a situação é mais séria ainda.

Os agentes promotores não levam em conta, suficientemente, as características culturais de cada povo, a forma tradicional de como organizam sua economia, ou então, transferem determinadas características de um grupo para outro, generalizando aspectos não generalizáveis, ou transferindo para os índios desejos e aspirações dos agentes não-índios.

Em Mato grosso do Sul, estado que abriga a segunda maior população indígena do Brasil, em torno de 51.000 índios, é comum transferirem experiências dos Terena para os Guarani, partindo da falsa suposição de que os índios são fundamentalmente, iguais.

Bremen (1987) denuncia a tendência de agentes promotores de projetos de desenvolvimento, de considerar as comunidades indígenas como inseridas na mesma problemática da sociedade envolvente. São pobres e logo inserem-se no amplo leque da marginalização social, sinalizando para a complexa e importante relação entre etnia e classe na América Latina.

O autor ainda questiona a validade de afirmações constantes em muitos projetos sobre a participação dos indígenas em sua elaboração. Ao analisar os argumentos indígenas para a concordância com as propostas em questão, percebe que os mesmos coincidem com os dos promotores. E ao analisar a concordância das comunidades indígenas quanto às propostas formuladas por agentes externos, percebe também o autor que a concordância ocorre não pelas razões que motivam o projeto, mas sim, para satisfazer suas necessidades imediatas.

Contribui também para o fracasso de muitos projetos a falta de perspectiva para a pequena produção agrícola em geral, no contexto da política agrícola em vigor.

Esse é um dado de difícil compreensão para muitos povos indígenas, sendo difícil chegar a uma certa ou até necessária adequação entre as exigências do mercado regional e as características/condições próprias das mesmas comunidades.

Entretanto, ao procurarem soluções de

problemas de curto prazo, acabam agravando ou criando problemas estruturais no sentido de provocarem maior dependência.

E essa **dependência**, (grifo nosso), não conduz a um desenvolvimento, pois segundo Carpio Martin, em seu artigo *Perspectivas de Desenvolvimento Local*,

[...] o desenvolvimento local deve ser medido não em termos de aumento de capital, mas sim a medida que reduz a dependência das comunidades locais e promove a melhoria na qualidade de vida (Martin, [s.d.], p. 3).

Carpio Martin (1999), ainda afirma que

El desarrollo local es el reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico, crear empleo mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de un compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa. Lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de grupos y individuos.

Podemos, então, entender Desenvolvimento Local como a apropriação pela comunidade e pelo ambiente dos benefícios econômicos dos processos de produção, através de um movimento participativo e articulado dos diversos agentes locais, criando sistemas sustentáveis que diminuam os desequilíbrios sócio-ambientais do crescimento econômico; aumentem a oferta de trabalho; contribuam para o equilíbrio entre os planos territorial e social; coordenem e articulem políticas públicas de intervenção nas áreas de promoção econômica e ordenamento territorial e compatibilizem a promoção socioeconômica e a proteção do patrimônio natural e cultural.

2. Desenvolvimento humano, social e sustentável

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão de seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental. Portanto, não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua

comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico. Enfim, o processo de transformação requerido pelo desenvolvimento implica necessariamente a evolução cônica e autônoma do padrão de vida interno e externo de toda a população.

Em vista disso, a regra teórica básica, que fundamenta o capitalismo moderno, tem sido a de que todo desenvolvimento se caracterize predominantemente como processo de transformação econômica com resultado imediato na área social, visando, por excelência, ao crescimento do padrão de vida externo da população no seio da qual o mesmo ocorre. Neste caso, a transformação social é vista como consequência da transformação econômica, o que não se comprova, do ponto de vista histórico, principalmente nos países subdesenvolvidos e/ou em via de desenvolvimento. Pelo contrário, o aumento da riqueza econômica não concebido, produzido e partilhado pela base populacional desses países, dentre eles o Brasil, ao invés de gerar e alavancar a qualidade de vida de sua gente a tem agravado de maneira brutal e contínua, evidentemente no sentido dos segmentos populacionais de base para os de elite.

Nos enfoques recentes do problema do desenvolvimento, o relevante consiste, talvez, em considerar não que o crescimento comporte aspectos sociais, mas que os avanços sociais que aparecem simplesmente como meta ou resultado final, sejam, na realidade fatores contribuintes para o desenvolvimento e parte indispensável do processo de crescimento econômico, mediante o qual se pode atingir mais adiante melhores condições de bem-estar humano.

Portanto, o que nos parece lógico é que as duas frentes de desenvolvimento – a social e a econômica – andem interativamente juntas, a social potencializando as pessoas para se tornarem sujeitos e agentes e a econômica ensejando sustentação material e apoio instrumental ao alavancamento da social no curso processual, disso resultando, aí sim, partilha da quantidade com qualidade em todas as dimensões de concretude da vida humana: saúde, higiene, salubridade, trabalho, segurança, educação, moradia, lazer, cultura, iniciativa, criatividade e congêneres.

A melhoria da qualidade de vida está

condicionada à satisfação integral das necessidades básicas dos seres humanos do local, as quais podem ser resumidas em : subsistência (trabalho, alimentação, moradia, saúde, procriação, humor); proteção (segurança, direitos sociais, família); afeto (auto-estima, vontade, sensualidade, solidariedade, generosidade); entendimento (consciência crítica, curiosidade, instrução, capacidade de análise e interpretação); participação (disposição, diálogo, interação); ócio (despreocupação, tranquilidade, tempo livre); criação (inventividade, imaginação, intuição, paixão); identidade (memória, coerência, reconhecer-se, diferença, compromisso) e liberdade (autonomia, autodeterminação, assumir-se, arriscar) (Martin, 1999).

Uma política de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades humanas, entendida em seu sentido mais amplo, transcende a racionalidade econômica convencional porque compromete o ser humano em sua totalidade. As relações que se estabelecem e que podem estabelecer-se entre necessidades e suas satisfações, devem possibilitar a construção de uma filosofia e uma política de desenvolvimento autenticamente humanista.

Conceber as necessidades tão somente como carência, implica restringi-las ao aspecto puramente fisiológico, que é precisamente o âmbito em que a necessidade assume com maior força e clareza, a sensação de falta de algo.

Portanto, na medida em que as necessidades surgem, motivando e mobilizando as pessoas, surgem também potencialidades que ainda podem chegar a ser recursos.

Assim, entendidas as necessidades como carência e potência, revelam um processo dialético constituindo um movimento incessante.

Essa situação obriga a repensar o contexto social das necessidades humanas de uma maneira radicalmente distinta de como tem sido habitualmente pensado por planejadores sociais e promotores de políticas de desenvolvimento.

Neste enfoque, torna-se necessário elaborar uma teoria das necessidades humanas para o desenvolvimento que nos sirva como instrumento de política e ação, pois quando se fala em desenvolvimento , fala-se em me-

lhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

Franco (2000, p. 36) afirma

Sabemos mais ou menos quais são os ingredientes básicos do desenvolvimento humano e social sustentável. Sabemos que, em geral, para se desenvolver é preciso crescer, mas crescer sustentavelmente, produzir mais e melhor, sem inviabilizar a vida das gerações futuras distribuindo com mais equidade os frutos desse crescimento.

3. Desenvolvimento e educação: uma parceira necessária.

O desenvolvimento em escala humana requer uma reestruturação e promoção de conhecimentos que despertem a consciência crítica e os instrumentos cognoscitivos necessários para contrapor as múltiplas formas de dependência. Essa promoção de conhecimentos se dá através da educação e, ao relacionar educação e desenvolvimento, não devemos pensar como processos independentes, que só se associam por imposições das circunstâncias históricas do presente. Embora o assunto, em si, pareça moderno e atual, o progresso social jamais deixou de apresentar definidas dimensões educativas. Se isso não tivesse acontecido, não poderíamos sequer compreender o significado da educação no mundo moderno, ou seja, sua importância como fator de reconstrução social.

Diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades. E para isso acontecer é necessário a reunião de vários fatores, dentre eles, o nível educacional da população. É preciso a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios, buscando apoio no poder local e em outros níveis de governo, pois desenvolver, implica sempre em mudanças e participação da sociedade.

Portanto, o desenvolvimento local implica na formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos, agenciar e gerenciar todo o processo de de-

envolvimento da respectiva localidade, ao invés de apenas participar de propostas ou iniciativas de desenvolvimento que venham de fora.

O desenvolvimento local é pois, a dinamização da população, a valorização dos recursos locais, a criação de empregos e ajuda as mulheres e jovens, a implementação da economia social, a criação de empresas, a dinamização da cultura local e capacidade criativa e a investigação de novas tecnologias de desenvolvimento, porque, investigar é, antes de tudo, praticar o exercício da criatividade. Investigar é ver aquilo que os outros não vêem e pensar naquilo que os outros não pensaram. Ênfim, investigar é a busca de novos enfoques para a participação real na criação de novas iniciativas de desenvolvimento.

Podemos dizer que estamos diante de um processo de Desenvolvimento Local quando houver um processo de aproveitamento dos recursos e riquezas de um determinado local ou região, os quais podem ser valorizados e transformados através do efetivo envolvimento da comunidade, resultando na melhoria da qualidade de vida da população através da geração de empregos, renda e acesso à saúde e educação.

Quando centramos como objetivo do Desenvolvimento Local a qualidade de vida, é necessário investigar o que determina essa qualidade de vida de uma pessoa ou comunidade, principalmente quando situada em outra tradição cultural. É nesse caso, emerge com força a especificidade de uma proposta de desenvolvimento voltada para as comunidades indígenas. É fundamental atentar não apenas para as necessidades/demandas e bens econômicos ou recursos, mas para as formas internas de organização, suas estruturas políticas e sociais, valores, normas, espaço e cosmovisão. As economias indígenas articulam-se em torno das relações de parentesco, com divisão sexual de trabalho e voltadas para a geração de alimentos para consumo.

Cabe destacar que é sobre as economias indígenas que mais se faz sentir o impacto da perda dos territórios e a destruição dos recursos naturais, obrigando-as a passar de uma enorme diversidade e multiplicidade de alternativas de subsistência para uma ou

duas, apenas.

O grande desafio para os projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas é a dificuldade em articular os saberes indígenas com o conhecimento ocidental. A construção de alternativas econômicas nessas comunidades passa hoje, necessariamente, pela parceria entre os dois conhecimentos.

A educação escolar pode ser o elo de ligação entre as duas culturas, sendo a escola um agente educativo, socializador e parceiro, oferecendo uma educação sintonizada com os direitos, interesses, necessidades e as especificidades da cultura indígena, transformando o ensino escolar em espaço de articulação de informações, práticas pedagógicas e reflexões dos próprios índios sobre seu passado, seu futuro, sobre seus conhecimentos, seus projetos e a definição de um lugar em um mundo globalizado.

Uma escola que faça com que o índio queira continuar a ser índio e não ficar desejando abandonar a aldeia, que ofereça uma educação do índio e não para o índio.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, V. F. *Formação educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BRANDÃO, C. R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BREMEN, V. *Fluentes de caz y recolecion modernas*. Proyectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco. [S.l.: s.n.], 1987.
- CEPAUR, F. D. H. *Desarrollo e escala humana*. Chile: Santiago, 1986.
- DURKHEIM, E. *Educación e Sociología*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- LÓPES, T. *Servicio social y desarrollo local*. In: Colegio de Asistentes Sociales. Chile, 1991.
- MARTIN, C. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. In: Seminário Internacional sobre perspectivas de desarrollo local en Iberoamérica. *Anais...* Santiago de Compostela. 1999.
- NERY, N. A importância do animador no processo de desenvolvimento local. In: CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Programa de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável. Módulo II. Brasília: CONTAG, 1998.
- VINUESA, M. A. T. Ordenacion del territorio y desarrollo territorial: la construcción de las geografías del futuro. In: *Lecturas geograficas - homenagem ao Prf. Estébanes Alvaréz*. Madrid: UCM, 1999.

Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar

Agroforestry alternatives of sustainable production for family agriculture

Sistemas agroflorestales como alternativa sostenible para la agricultura familiar

Reginaldo Brito da Costa, Eduardo José de Arruda e Lincoln Carlos Silva de Oliveira
Universidade Católica Dom Bosco

contato: rcosta@ucdb.br

Resumo: Neste trabalho sistemas agroflorestais (SAFs) são caracterizados e discutidos sob a ótica da produção rural sustentável. Propõem-se modelos de associações entre agricultura, pecuária e espécies florestais, adaptando estas práticas à realidade regional. A implantação desses sistemas agroflorestais visa também proporcionar um padrão razoável de qualidade de vida com a utilização da mão-de-obra familiar, bem como a auto-gestão das atividades agrossilvipastoris por parte das comunidades rurais envolvidas, privilegiando-se desse modo associações ecológicas sustentáveis próximas dos ecossistemas naturais. As alternativas expostas podem também conduzir a uma inserção de pequenos produtores rurais no mercado de trabalho, hoje marginalizados em função do sistema agropecuário vigente.

Palavras-chave: Sistemas agroflorestais; agricultura familiar; desenvolvimento rural sustentável.

Abstract: In this paper, the agroforestry systems are characterized and discussed from the point of view of sustainable production in family based agriculture. It will be proposed models to associate agriculture, cattle and forest species, adapting these practices to our regional reality. These systems could provide a good standard of life, using the family workmanship and self-administration in rural communities. It enhances the ecological production associations near the natural condition of ecosystems. The paper discusses the agroforestry systems as an attractive alternative to inserting small producers into the labor market, specially those who are marginalized under the current agricultural practices.

Key words: Agroforestry systems; family agriculture; sustainable rural development.

Resumen: Los Sistemas Agroflorestales (SAFs) son caracterizados y discutidos bajo la óptica de la producción rural sostenible. Se proponen modelos de asociaciones entre agricultura, pecuaria y especies florestales, adaptando estas prácticas a la realidad regional. Visa también, proporcionar un padrón razonable de calidad de vida con la utilización del sistema familiar como mano de obra predominante, bien como autogestión de actividades agrosilvipastoriles por parte de las comunidades rurales involucradas, privilegiando las asociaciones ecológicas próximas de los ecosistemas naturales. Las alternativas expuestas pueden conducir a una inserción de pequeños roductores rurales en el mercado de trabajo, hoy marginalizados en función del sistema agropecuario vigente.

Palabras claves: Sistemas agroflorestales; agricultura familiar; desarrollo rural sostenible.

Introdução

O Brasil é o país que abriga uma megabiodiversidade. Conforme estimativas, nele ocorrem 30% das espécies vegetais do planeta. No entanto, essa biodiversidade não está distribuída de modo homogêneo pelo território nacional. A biodiversidade brasileira distribui-se em mosaico, com níveis mais variados de preservação, mas também, com grande variação quanto ao número e categoria de seus componentes por ecossistema. Áreas de grande diversidade se contrapõem àquelas habitadas por poucas espécies. Porém, em grande parte do país, de maneira geral, a biodiversidade vem sendo sistematicamente reduzida pela ação humana.

As ações sobre o meio ambiente provocadas pela urbanização e expansão da fronteira agrícola devem ser sistematicamente avaliadas. As interações que ocorrem entre a sociedade e os ecossistemas florestais devem ser analisadas sob a ótica da gestão dos usos múltiplos dos recursos florestais na estabilidade dos ecossistemas e das estruturas sociais, especialmente em regiões de áreas florestais e assentamentos humanos. Um

ponto de equilíbrio deve ser encontrado entre o uso tradicional e a necessidade da conservação biológica dos ecossistemas.

A conservação biológica e o manejo tradicional pelas comunidades locais, praticados ao longo dos séculos, devem ser considerados e avaliados num contexto de valor, pois, muitas vezes, atitudes sociais incorporadas a práticas cotidianas têm proporcionado manutenção da paisagem e da cultura local nas áreas em exploração. Técnicas tradicionais de uso da biodiversidade e os valores culturais das regiões geográficas envolvidas devem ser analisados criticamente, evitando o decréscimo da diversidade e a destruição do multifacetado panorama cultural, muitas vezes, por práticas agrícolas impostas e geralmente equivocadas (Piussi e Farrell, 2000).

Esforços e mecanismos de incentivos, tais como: incentivos fiscais ou transferência de conhecimento e tecnologia, soluções de mercado envolvendo público consumidor e direitos de propriedade, podem ser realizados no sentido de manter a sustentabilidade, associada a políticas que tornem a atividade de degradação florestal menos atrativa, ge-

rem investimentos no capital social local e incentivem práticas extrativistas e agricultura sustentável (Richards, 2000).

No Brasil, o compromisso com a questão ambiental evidencia-se através de iniciativas com o uso sustentável da biodiversidade visando transferir conhecimento, de modo bidirecional, por iniciativas empresariais com o envolvimento de comunidades locais. As ações e programas desenvolvidos no aproveitamento dos recursos naturais regionais buscam difundir conhecimentos e motivar o interesse das comunidades, em reservas florestais, acerca dos temas referentes à conservação ambiental e fortalecimento dos vínculos comunitário-ambientais através de atividades produtivas sustentáveis, esta atitude de caráter diferencial tem possibilitado agregar valor econômico adicional ao produto natural. Muitas iniciativas buscam, ainda, a manutenção e/ou a recriação de condições ambientais propícias às atividades, tais como: a pureza do ar, proteção de nascentes e cursos d'água e a recomposição de habitat para a vida animal.

Os problemas regionais, como por exemplo, a pobreza e a exclusão social, apontam para a necessidade de incorporar experiências desenvolvidas em diferentes países e regiões, dentro de situações sociais e políticas específicas dos grupos sociais envolvidos no processo. Estas experiências devem ser examinadas de forma multidisciplinar e apreendidas visando uma reflexão de abordagem integrada e examinadas dentro de critérios pré-estabelecidos, nos quais o conhecimento para exploração sustentável seja disponibilizado.

A solução desses problemas sociais pode estar na capacidade de estimular a confiança, melhorar a organização familiar e comunitária, e a auto-estima a quem tem poder de menos. No contexto de comprometimento do Estado com estas ações, o programa de fortalecimento da agricultura familiar poderia não existir, se o Estado não enfrentasse as chamadas organizações tradicionais estabelecidas, que na maioria das vezes são apropriadas por forças dominantes. Esta situação mostra que é imprescindível a transferência do poder para forças comunitárias locais. Assim, a sociedade deve criar mecanismos de controle e decisão que

induzam a continuidade das políticas implementadas deixando as comunidades menos dependentes da boa vontade dos governantes (Vivan, 1998).

As pesquisas em agricultura alternativa devem buscar idéias inovadoras relacionadas a como pesquisar e deve ser multidisciplinar, sustentável, agroecológica com gestão local, sofrendo influência e, às vezes, orientação da comunidade no direcionamento das prioridades das pesquisas. Deve, também, gerar informações científicas que respondam aos anseios da comunidade e centradas em sistemas experimentais comprovadamente científicos, para determinar a viabilidade por longo período, oportunizando em novas bases técnicas e possibilidades produtivas (Lockeretz e Molly, 1993; Almeida e Navarro, 1997).

As transformações mais drásticas, que afetaram as maiores extensões territoriais do país, têm ocorrido pela introdução de novos cultivos agrícolas, ou mesmo de animais domésticos, na matriz econômica nacional, com sua subsequente expansão geográfica, sempre em busca de aumentos de produção através da simples ampliação de áreas de cultivo ou pastoreio, que pressiona os ecossistemas circundantes, complicando o espectro resultante. Por trás da homogeneidade visual das paisagens assim criadas, esconde-se, ainda, um fator mais inquietante, a redução da base genética dos cultivos e dos rebanhos animais, com aumento da vulnerabilidade genética (Valls, 2000).

A simples transferência de tecnologia como ferramenta de desenvolvimento tem demonstrado, ao longo do tempo, que se coloca em risco não apenas o futuro de setores normalmente descapitalizados (caso em que se enquadram as diversas formas de agricultura familiar), como a própria sociedade. Apesar do conhecimento local não ser a única fonte de desenvolvimento, em muitos casos, pode-se obter sucesso discutindo-o com ênfase em outras estratégias de desenvolvimento. A busca da interface entre o local e o conhecimento científico, produz com sinergia o chamado conhecimento em ação, capaz de promover desenvolvimento em base sustentável (Blaikie et al., 1997).

No contexto abordado, os Sistemas Agroflorestais (SAF's) apresentam-se como

alternativas interessantes, tendo em vista as formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou em uma seqüência temporal (Dubois, 1996). Os SAF's podem, ainda, promover a integração de áreas rurais, considerando a participação das comunidades locais na procura de soluções comuns e negociadas para o desenvolvimento sustentado, assegurando o acesso e utilização racional dos recursos naturais.

Os sistemas agroflorestais consideram os mais antigos sistemas de cultivo utilizados no mundo. Porém, o interesse por esta atividade, do ponto de vista político e científico, começou a tomar forma na década de 70, a partir de dúvidas sobre a eficiência das políticas de desenvolvimento vigentes, que não pareciam se adequar às necessidades e anseios cada vez maiores de pequenos produtores rurais (Nair, 1993). Em grande parte, o aumento da produção agrícola em monocultivos pode ser creditado ao avanço da atividade agrícola sobre novas áreas, seja por simples expansão, seja pela busca de novos solos produtivos, após o esgotamento dos antigos (Costa, 1988; Valls, 2000).

Diante do exposto, o presente traba-

lho tem como objetivo propor modelos de associações entre agricultura, pecuária e espécies florestais, adaptando-se essas práticas à realidade regional e local, privilegiando associações ecológicas próximas dos ecossistemas naturais.

Caracterização Geral dos Sistemas Agroflorestais (SAF's)

Os sistemas agroflorestais devem incluir, pelo menos, uma espécie "florestal" arbórea ou arbustiva. Essas espécies podem ser associadas com uma ou mais espécies agrícolas e ou animais. Espécies agrícolas de porte médio, como bananeiras, cítricos, café, cacau, mandioca, não podem ser consideradas como componentes florestais de SAF's: cítricos, café e cacau, por exemplo, são espécies de porte arbustivo de origem silvestre, porém, foram objeto de longo processo de domesticação e melhoramento genético e são consideradas hoje como cultivos agrícolas perenes. Neste sentido, a combinação de bananeiras e cítricos não possui o componente florestal, sendo, portanto, um consórcio agrícola. A combinação de bananeiras, mandioca e uma espécie produtora de madeira, preferencialmente nativa, caracterizam um consórcio agroflorestal (Figura 1).

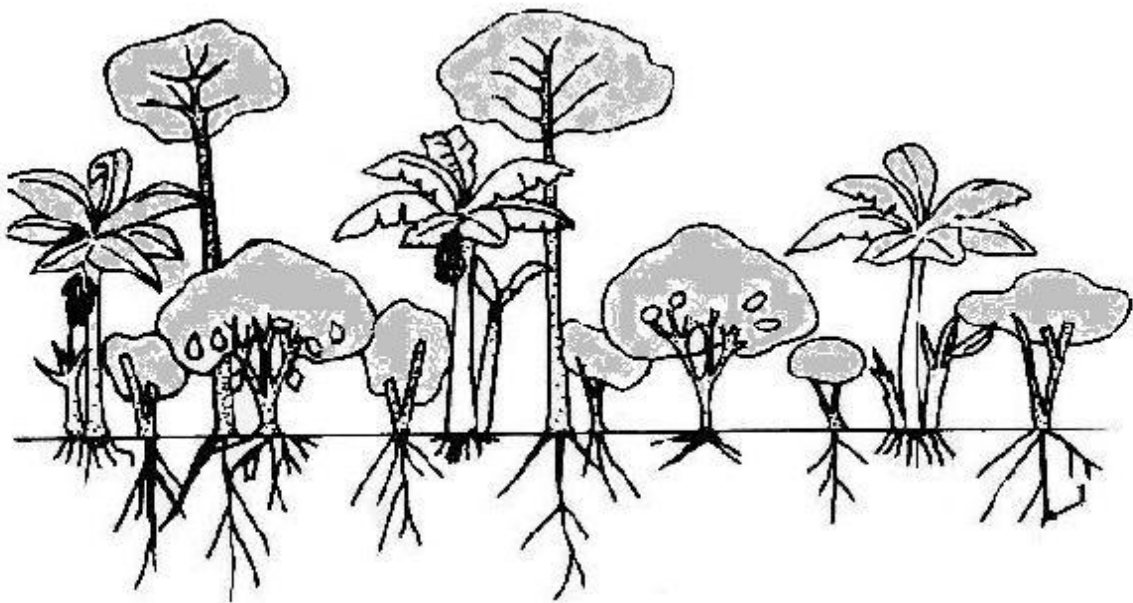


Figura 1: Uso múltiplo de uma espécie produtora de madeira comercialmente viável em consórcio com bananeiras e mandioca (nos primeiros anos após o plantio da espécie arbórea).

Nos SAF's, as espécies florestais, além de fornecer produtos úteis para o agricultor, desempenham um importante papel na manutenção da fertilidade dos solos. Em outra situação, uma pastagem onde foram plantadas árvores para abrigar o gado nas horas mais quentes do dia, combinada com forrageiras herbáceas e arbustivas, também se constitui em um sistema agroflorestal.

Em casos de combinações de espécies anuais e perenes que produzam frutas, folhas ou raízes para alimentar os animais, por exemplo, os porcos, trata-se, também, de um sistema agroflorestal se estiverem presentes espécies arbóreas, arbustivas ou palmeiras, ou seja, espécies que façam parte do hábito alimentar dos porcos.

Uma situação interessante para a nossa região (cerrado) foi apresentada por Melo & Guimarães (2000), no qual consorciaram uma espécie frutífera (guariroba - *Syagrus oleracea*) muito utilizada na alimentação regional (Almeida, 1998), com mogno, comparando com as associações da mesma espécie com nim (*Azadirachta indica*) e da mesma forma com seringueira (*Hevea brasiliensis*). Os resultados desta pesquisa se mostraram muito promissores.

Classificação dos SAF's

Existem diversas classificações dos SAF's porém, três classificações são as mais comuns e utilizadas:

1) Sistemas silvi-agrícolas (Dubois, 1996), caracterizados pela combinação de árvores ou arbustos com espécies agrícolas. Neste caso, o arranjo temporal das plantas deve ser analisado com detalhe, tendo em vista o ciclo de vida da espécie perene a ser estabelecida no consórcio. Nair (1989) enfatiza este cuidado com uma situação extrema: o sistema de agricultura migratória envolvendo de 2 a 4 anos de cultivos agrícolas, e mais de 15 anos de pousio para que uma nova cultura agrícola possa ser semeada. Portanto, o agricultor deve planejar a implantação desses sistemas de forma a compensar em outra área de sua propriedade a produção agrícola desejável, mantendo a sustentabilidade econômica no referido período. Por outro lado, o retorno virá em forma da manutenção, ou mesmo do aumento da fertilidade do solo da propriedade.

2) Sistemas silvipastoris, caracterizados pela combinação de árvores ou arbustos com plantas forrageiras herbáceas e animais. As espécies de gramíneas podem, também, ser plantadas em rotação para produção de feno ou pastagem, permanecendo no sistema por vários anos. Por exemplo, a combinação de pasto com Cumbarú. (*Dypterix alata*), Macaúba (*Acrocomia aculeata*), Canafístula (*Cassia ferruginea*) e Guatambú (*Aspidosperma australe*).

3) Sistemas Agrossilvipastoris, algumas considerações devem ser apresentadas no contexto deste sistema, por exemplo, o **uso de conceitos de desfolhamento seletivo no planejamento das opções de manejo** (Pezo & Ibrahim, 1999).

- No manejo das associações de espécies lenhosas com espécies herbáceas, os ovinos e bovinos deverão ter acesso à pastagem quando as copas das espécies lenhosas estiverem acima da altura dos animais;
- A seletividade que manifestam as espécies animais por uma determinada espécie vegetal será utilizada para regular a competição entre herbáceas e lenhosas;
- Para evitar perdas de plantas das espécies desejáveis em um sistema silvipastoril, a carga animal ajustar-se-á em função do nível de oferta de folhas verdes das espécies desejáveis, e não se deve levar em consideração a oferta total da biomassa forrageira;
- A introdução precoce de caprinos que preferem ervas e arbustos, por exemplo, em sistemas silvipastoris, somente justifica-se quando as espécies lenhosas já cumpriram o propósito forrageiro no sistema.

Modelos Alternativos

a) O Sistema "Taunguia"

a.1) Definição e Considerações Gerais: o termo "taunguia" é reservado ao caso específico de uma área rural, na qual cultivos agrícolas de ciclo curto são associados, por tempo limitado, a um plantio uniforme de mudas de uma ou mais espécies madeireiras e essas, ao crescerem, formam uma floresta de rendimento (Lok, 1998; Dubois, 1996). O objetivo final do taunguia é a produção de madeira para serraria, celulose e papel ou outros tipos de produtos como, compensados, lenha e carvão vegetal.

O sistema foi desenvolvido com a finalidade de diminuir o custo do estabelecimento de florestas plantadas destinadas a produzir madeira. A espécie florestal madeireira é plantada junto a cultivos agrícolas de ciclo curto (milho, arroz, feijão e mandioca). As espécies perenes se aproveitam das capinas, limpezas e de uma eventual aplicação de adubos realizadas em benefício desses cultivos agrícolas e quando concluída a última safra agrícola, a espécie madeireira plantada já terá alcançado uma altura razoável. O lucro gerado pela venda dos produtos agrícolas amortiza em grande parte o custo do plantio das espécies madeireiras.

No Brasil, o sistema taunguia está sendo utilizado quase que exclusivamente como meio de baratear a formação de florestas de eucaliptos. Portanto, este é um sistema que necessita de área maiores que aquelas utilizadas pela agricultura tradicionalmente familiar.

Por outro lado, em regiões já desmatadas, o taunguia pode ajudar o agricultor a formar pequenos bosques para produção de lenha, de carvão, de madeiras roliças para construção e dos mourões utilizados no estabelecimento de cercas. Nestas áreas o taunguia poderia ser também empregado na formação de florestas plantadas de algumas espécies madeireiras de alto valor como a teca (*Tectona grandis*), uma espécie exótica de bom crescimento, exigindo solos de boa estrutura e a ocorrência de uma estação seca de três a quatro meses (Costa e Resende, 2001).

Nas áreas trabalhadas com o sistema taunguia, a mandioca somente é plantada quando as mudas das espécies madeireiras já alcançaram pelo menos 1 metro de altura total. A retirada dos tubérculos (raízes) da mandioca deverá ser realizada com o devido cuidado para não danificar as raízes da espécie madeireira plantada. Recomenda-se que os cultivos agrícolas sejam distribuídos espacialmente, com no mínimo 40 a 50 centímetros da linha de estabelecimento da espécie madeireira.

Em curto prazo, o pequeno produtor rural deseja obter safras expressivas dos seus cultivos de ciclo curto. Portanto, no sistema taunguia, é preferível plantar espécies madeireiras mais espaçadas e realizar podas de formação para corrigir o fuste que poderá depreciar o valor das árvores (Lok, 1998;

Dubois, 1996).

a.2) Vantagens e desvantagens do Taunguia: a principal vantagem é baratear o custo de formação da floresta plantada. O sistema propicia boas condições de sobrevivência, de crescimento às mudas de espécies madeireiras e aumenta a disponibilidade de nitrogênio no solo, quando as entrelinhas são ocupadas com cultivo de leguminosas (feijão, amendoim, entre outras).

O sistema apresenta algumas desvantagens, sendo a principal a questão da competição exercida pelas espécies madeireiras sobre os cultivos agrícolas. Durante o primeiro ano de estabelecimento, o taunguia exige um volume maior de mão-de-obra. Adicionando-se a este aspecto os cultivos agrícolas que hospedam pragas que atacam também as espécies madeireiras plantadas devem ser excluídos.

b) Árvores com cultivos em aléias

A técnica de cultivo em aléia, conhecida mais comumente como "*alley cropping*", é uma variação do plantio em linha (Medrado, 2000). Consiste na mistura de árvores de pequeno porte ou arbustos, podados freqüentemente. O objetivo principal é a produção de *mulch*, proveniente das podas periódicas que podem variar de duas a quatro por ano, dependendo da região.

Normalmente, em *alley cropping*, são utilizadas espécies leguminosas fixadoras de nitrogênio, produtoras de folhagem abundante, como eritrina (*Erythrina poeppigiana*), gliricídia (*Gliricidia sepium*), leucena (*Leucaena leucocephala*), farinha seca (*Calliandra calothyrsus*), Acácia (*Acacia spp.*), ou outras espécies com essas características.

c) Cercas vivas

As cercas vivas constituem uma opção dos sistemas silvipastoris, sendo esta prática muito utilizada nos trópicos, principalmente em regiões de agricultura mais pobre (Medrado, 2000). Várias são as espécies utilizadas como cercas vivas. Entre elas, pode-se citar sabiá ou sansão-do campo (*Mimosa caesalpiniiifolia*), quiabento (*Peireskia culeata*) e avelós (*Euphorbia gymnoclada*) (Lima, 1994).

A escolha da espécie deve ser feita com base em algumas características como tolerância à poda e presença de espinhos para dificultar a entrada ou saída de animais e

pessoas. O espaçamento de plantio normalmente é estreito, mas deve variar com a espécie e com o local onde a cerca viva será instalada. Uma boa adubação orgânica é aconselhável no plantio, visando aumentar a velocidade de crescimento da cerca.

As cercas vivas podem ser consideradas como sistemas silvipastoris na medida em que a massa foliar das espécies lenhosas seja utilizada para a alimentação animal ou quando as áreas entre as cercas sejam constituídas de pastos em lugar de cultivos agrícolas (Pezo e Ibrahim, 1999).

Sistemas agroflorestais versus agricultura familiar

Estes sistemas envolvem o manejo deliberado de várias espécies arbóreas em associação com culturas anuais e criação animal e são utilizados para prover necessidades básicas das famílias. Ocasionalmente se vende algum excedente de produção. São sistemas de alta diversidade, com produção durante todo ao ano.

Neste contexto, é oportuna a ação governamental que, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), regulamentou por decreto, que poderá ser transformado em lei pelo Congresso Nacional. A nova lei define uma política nacional para a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, bem como o público beneficiário do PRONAF. Além disso, estabelece princípios para o funcionamento do programa, com a descentralização das ações, a sustentabilidade ambiental, social e econômica e reforça o papel dos conselhos estaduais e municipais, com a ampliação da participação dos agricultores e suas comunidades.

Os sistemas familiares são semelhantes aos encontrados em todo o trópico, podendo ser classificados como "*home gardens*" ou quintais agroflorestais e possuem um alto grau de sustentabilidade ecológica, com uma boa aceitação social (Nobre et al., 1994).

Estes sistemas caracterizam-se por necessidade de poucos insumos e capacidade constante de produção; depende de mão-de-obra familiar, a qual se envolve durante todo o ano, não se concentrando em uma única época; suas demandas têm custos reduzidos,

apropriados a pessoas de poucos recursos. Ecológicamente, são parecidos com os ecossistemas naturais, devido à alta diversidade de espécies, capacidade de captar luz solar, controle biológico, reciclagem de nutrientes do solo e redução da erosão. Nair (1993) define como "uma associação íntima de árvores e ou arbustos de uso múltiplo com cultivos anuais e perenes, com presença de animais".

O aproveitamento dos recursos florestais é maior, complementado com a utilização em grande escala de plantas medicinais. Segundo Lok (1998), o sistema em discussão ocupa um lugar singular nos sistemas agroflorestais. Acrescenta que, nenhum outro sistema é tão diverso em quantidade de espécies e variedades, com várias estruturas, bem como, inúmeras possibilidades de associações.

A importância dos quintais florestais (*hortos caseiros*) aumenta devido, especialmente a:

- crescimento da população e a pressão sobre a terra, desencadeando uma dependência cada vez maior sobre áreas mais reduzidas;
- é um dos componentes mais importantes da "agricultura urbana" (estima-se que no ano 2005), a metade dos produtos consumidos nas cidades serão oriundos dessa modalidade de produção (Lok, 1998).

Características de forma dos hortos caseiros

- um horto bem desenvolvido é uma imitação da floresta tropical quanto aos estratos verticais, a competição por luz e as funções agro-ecológicas (Figura 2);
- o horto caseiro é uma composição de diferentes áreas de manejo que possuem estruturas (horizontais e verticais), bem como combinações específicas, caracterizadas por seu uso;
- existe uma predominância de sombra, altamente valorizada por seus habitantes, que tem implicações para os tipos de cultivo, de preferência em um horto caseiro;
- os limites do horto caseiro são definidos por meio de uma mistura de fatores geofísicos, biofísicos e sociais, que incluem a mão-de-obra familiar e a quantidade de trabalho necessária ao horto.

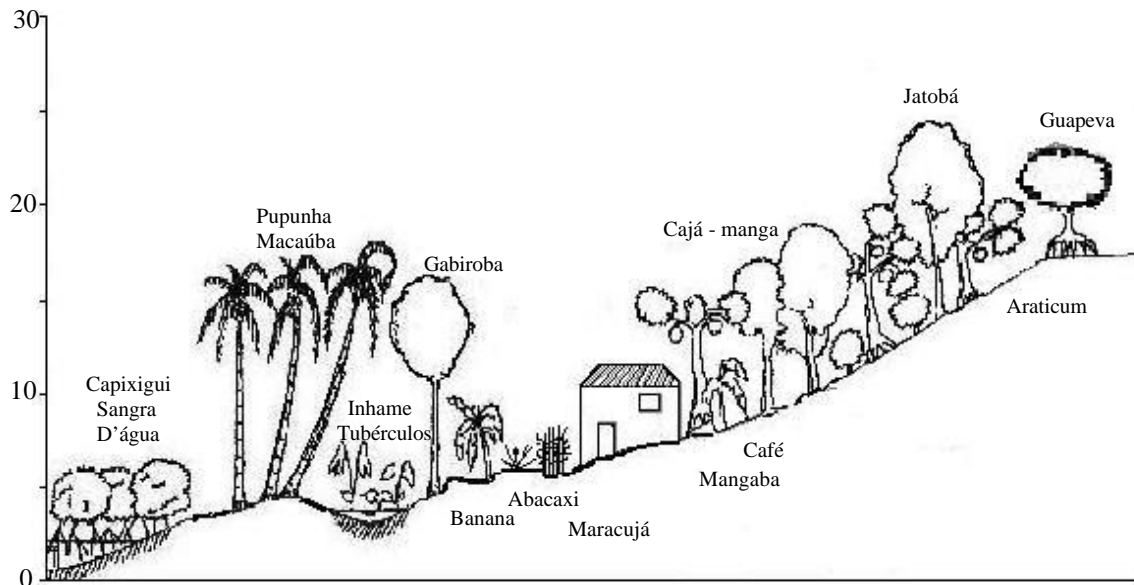


Figura 2: representação tradicional da estrutura vertical de um norte caseiro.

Considerações finais

As alternativas abordadas no contexto do trabalho remetem para o desenvolvimento sustentável com base nas iniciativas endógenas das comunidades rurais. É importante salientar que, “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”. Neste contexto, as alternativas de SAF's tendem a proporcionar um padrão razoável de qualidade de vida, a utilização do sistema familiar como mão-de-obra predominante, bem como, autogestão de atividades, privilegiando associações ecológicas próximas dos ecossistemas naturais. Estes procedimentos reduzem o custo da produção e ao mesmo tempo a diversificam. Portanto, as adoções das alternativas aventadas propiciarão a inserção de produtores rurais no mercado de trabalho, hoje marginalizados em função do sistema industrializado vigente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S.P. *Cerrado: aproveitamento alimentar*. Planaltina: EMBRAPA/CPAC, 1998, 188p.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura - idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRS, 1997. 322p.
- BLAIKIE, P. et al. Knowledge in action - local knowledge as a development resource and barriers to its incorporation in natural resource research and development. *Agricultural Systems*, v. 55, n. 2, p. 217-237, 1997.
- COSTA, R.B.; KAGEYAMA, P.Y.; MARIANO, G. Avaliação do sistema reprodutivo de *Anadenanthera falcata*, *Vochysia tucanorum* e *xylopia aromática* em área de cerrado no município de Itirapina, SP. *Revista Brasileira de Sementes*, Brasília, DF, v.14, n.1, p.93-96, 1992.
- COSTA, R.B.; RESENDE, M.D.V. Melhoramento de espécies alternativas para o Centro-Oeste: Teca (*Tectona grandis*). In: Resende, M.D.V. (Coord.). Workshop: melhoramento de espécies florestais e palmáceas no Brasil. Colombo, Embrapa Florestas, p.153-167, 2001. (Documentos, 62).
- DUBOIS, J. C. L. *Manual agroflorestal para a Amazônia*. Rio de Janeiro: REBRA, 1996. 228p.
- LIMA, P. C. F. Espécies arbóreas e arbustivas de uso múltiplo na região semi-árida brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1, 1994, Porto Velho. *Anais...* Colombo: EMBRAPA/cnpf, 1994. PL321-333.
- LOCKERETZ, W.; ANDERSON, M. D. *Agricultural Research Alternatives*. University of Nebraska Press, 1993. 239p.
- LOK, R. *Introducción a los huertos caseros tradicionales tropicales*. Turrialba, Costa Rica: CATIE/ GTZ, 1998. 157p.
- MEDRADO, M. J. S. *Sistemas agroflorestais: aspectos básicos e indicações*. In: Reflorestamento de Propriedades Rurais Para Fins Produtivos e Ambientais. Org. Galvão, A.P.M. Brasília: EMBRAPA; Colombo, PR: EMBRAPA/CNPF, p. 269-312, 2000.
- MELO, J.T.; GUIMARÃES, D.P. A cultura da guariroba (*Syagrus oleracea* Becc.) em sistemas agroflorestais na região do cerrado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS: Manejando a Biodiversidade e Compondo a Paisagem Rural, 3., 2000, Manaus. *Anais...* Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, p. 14-16, 2000.
- NAIR, P. K. R. *An introduction to agroforestry*. Dordrecht, The Netherlands. Kúwer Academic, 1993. 338p.

NOBRE, F. R. C. et al. *Caracterização de sistemas e práticas agroflorestais no estado do Acre*. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTIAS, 1., 1994, Porto Velho. *Anais...* Colombo: EMBRAPA/CNPQ, p.353-360. 1994.

PEZO, D.; IBRAHIM, M. *Sistemas silvopastoriles*. 2. ed. Turrialba, Costa Rica: CATIE/GTZ, 1998, 276p.

PIUSSI, P.; FARRELL, E. P. Interactions between society and Forest ecosystems: challenges for the near future. *Forest Ecology and Management*, n. 132, p. 21-28, 2000.

RICHARDS, M. Can sustainable tropical forestry be made profitable? The potencial and limitations of innovative incentive mechanisms. *World Development*, v. 28, n. 6, p. 1001-1016, 2000.

VALLS, J. F. M. A preservação da biodiversidade e as novas biotecnologias. In: Taciana Barbosa Cavalcanti et.al. (org.). *Tópicos atuais em Botânica*. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Sociedade Botânica do Brasil, 2000, p.357-359.

VIVAN, J. L. *Agricultura e Florestas: princípios de uma interação vital*. Guaíba-RS: Agropecuária, 1998, 207p.

La Agenda 21 en el Distrito Treptow-Köpenick: idea, desarrollo y particularidades
Agenda 21 in Treptow-Köpenick District: ideas, development and particularities
A Agenda 21 no Distrito Treptow- Köpenick: idéia, desenvolvimento e particularidades

Michael Anselm Schrick

Ministerio da Economia, do Trabalho e da Mulher do Estado Federal de Berlin

contato: anselmis@web.de

Resumen: El proceso de la Agenda Local 21 de los distritos berlineses empezó en el distrito de Köpenick, en el año 1994. Gracias a la excelente cooperación entre los actores de la Administración Pública, de la Sociedad Civil y de las Iglesias y de ellos con sus contrapartes externos se creó un estructura de participación con la que se logró llegar a amplios sectores de la población e integrarlos. Luego de la reforma territorial de 2001 comenzó en Berlín la fusión administrativa de los nuevos distritos, entre ellos la de Köpenick con Treptow, lo que creó la necesidad de elaborar una Agenda Local 21 conjunta. La Agenda Local 21 de Treptow-Köpenick no se define como una actividad exclusiva del sector ambiental, sino que pretende incluir otros campos, como por ejemplo el social, el de educación, el de entendimiento entre los pueblos y el de la cooperación internacional.

Palabras claves: Agenda 21; Desarrollo Local; Cooperación.

Abstract: The process of the Local Agenda 21 of the Berlin districts began in the district of Köpenick, in 1994. Thanks to the excellent cooperation among the Public Administration agents, from Civil Society and from the Churches and their external counterparts a participation structure was created with that which was believed to have reached ample sections of the population and integrated them. As soon as the territorial reform began in Berlin the administrative fusion of the new districts, amongst them that of Köpenick with Treptow, that which created the necessity of elaborating a joint Local Agenda 21. The Local Agenda 21 of Treptow-Köpenick which defines itself as an exclusive activity in the environmental sector, as well as intending to include other fields, for example social, educational understanding among peoples and international cooperation.

Key words: Agenda 21; Local development; Cooperation.

Resumo: O processo da Agenda Local 21 dos distritos berlineses começou no distrito de Kopenick, no ano de 1994. Graças à excelente cooperação entre atores da Administração Pública, da Sociedade Civil e das igrejas e deles, com suas diferenças externas, criou-se uma estrutura de participação com o que conseguiu chegar a diversos setores da população e integrá-los. Depois da reforma territorial de 2001, começou em Berlin a fusão administrativa dos novos distritos, entre eles, a de Köpenick com Treptow, o que criou a necessidade de elaborar uma Agenda Local 21 conjunta. A genda Local, 21 de Treptow-Köpenick, não se define como uma atividade exclusiva do setor ambiental, porém pretende incluir outros campos, como por exemplo o social, o da educação, o de entendimento entre os povos e o da cooperação internacional.

Palavras-chave: Agenda 21; Desenvolvimento Local; Cooperação.

Introducción

En agosto de 2002 tendrá lugar la Conferencia Cumbre de Medio Ambiente y Desarrollo "Río+10" en Johannesburgo, Sudáfrica. A diez años de la realización de la Conferencia Mundial en Río de Janeiro (UNCED, 1992) los municipios alemanes realizarán un balance de los progresos alcanzados en pos de un desarrollo sostenible. Entretanto son más de 2000 las comunas y ciudades alemanas que iniciaron un proceso de Agenda Local 21.

A diferencia del estatus de una convención, cuya ratificación compromete a los países firmantes a su cumplimiento, la "Agenda 21" es un documento cuyo cumplimiento está sujeto a obligaciones de carácter más bien moral. Por eso mismo su implementación está sujeta a diversas interpretaciones de contenido y estrategias de realización.

El desarrollo sostenible se enfrenta con dos problemas centrales, la creciente pobreza por un lado y la problemática del medio ambiente por otro. Mientras que en los paí-

ses en desarrollo el acento de las agendas está a menudo puesto en la lucha contra la pobreza, en países como Alemania, el acento no sólo está puesto en aspectos medioambientalistas, sino que su implementación se considera una tarea transversal que debe atravesar a la totalidad de la administración municipal y pretende además incorporar la relación "NORTE-SUR", reflejada en la existencia de un grupo de trabajo por el hermanamiento entre un distrito berlinés y una ciudad peruana, en el caso que describe el presente artículo, pero ésta es solo una de las formas.

Si bien ciudades como las de Bonn, Bremen y Munich han incorporado procesos de Agenda Local 21 en el marco de sus competencias y con distintos grados de compromiso institucional, el total de unidades territoriales municipales alemanas que lo han hecho hasta ahora representa sólo alrededor de un 13,3% (B.A.U.M Consult GmbH, 2001). Entre esas unidades territoriales está el distrito de Treptow-Köpenick, uno de los doce distritos que conforman la ciudad-estado de Berlín, producto de la re-

forma territorial de enero de 2001 que impulsó su fusión. Treptow-Köpenick cuenta con 229.404 habitantes (Land Berlin 2002.)

El proceso de Agenda Local 21 en Treptow-Köpenick

El distrito berlinés Köpenick (ahora Treptow-Köpenick) fue el primer distrito de Berlín en el cual la Asamblea Distrital dictó una resolución para iniciar el proceso de implementación de la Agenda 21 en su territorio - 13 de octubre de 1994 -, cumpliendo a la vez una recomendación de la Conferencia Mundial de Medio Ambiente y Desarrollo de Río de Janeiro (UNCED, 1992).

Tras la caída del muro y de la República Democrática Alemana (RDA), la Conferencia de Río contribuyó fundamentalmente a intensificar el proceso de discusión en las comunidades eclesíásticas de Köpenick acerca de los límites del crecimiento sin barreras y de los efectos del estilo de vida occidental en el *resto* del mundo. Las Iglesias por su parte, iniciaron también la discusión sobre esta temática con el Parlamento y la Administración del distrito, siendo por lo tanto también iniciadoras del proceso de consultas.

En setiembre de 1996 luego del primer proceso de consultas, el Alcalde Distrital Dr. Klaus Ulbricht le entregó a la población de Köpenick el primer borrador de trabajo de la Agenda 21 realizado para el distrito. En el preámbulo constaba:

Los conocimientos ecológicos adquiridos en los últimos veinte años demuestran a la humanidad en forma rigurosa que se ha traspasado el límite de la capacidad del suelo, del aire y del agua de absorber la carga de sustancias nocivas y residuos. Los conocimientos acerca de la capacidad de absorción limitada de la tierra de residuos no reciclables producidos por la acción humana, del agotamiento de la extracción de nuestros recursos como así también la irreversibilidad de los cambios, entre otros, del clima, están señalando un catastrófico déficit de acción, pues en lo esencial, el mundo desarrollado económicamente continúa imperturbable con su hasta ahora apocalíptica forma de vida y desarrollo económico.

El proceso de consulta social debe tener como objetivo la elaboración de un modelo de desarrollo común. Este modelo, formulado dentro de un amplio consenso, debe considerar las demandas de desarrollo sostenible... El proceso de consulta de la Agenda 21 de Köpenick debe

ser concebido como un proceso duradero. Un modelo de desarrollo no es intocable, por el contrario debe estar siempre dispuesto a sufrir cambios.

Setenta y nueve premisas de desarrollo sostenible se confrontaron con la problemática particular del distrito más grande, desde el punto de vista territorial, y con mayor provisión de agua de Berlín. Entre los temas figuraban, entre otros, Política, Desarrollo Urbano/Ecología, Juventud/Asuntos Sociales/Salud y Economía.

En 1998 y en el 2000 fueron finalizados respectivamente el segundo y tercer borrador de trabajo de la Agenda 21-Köpenick. Junto a un modelo de desarrollo actualizado contienen doce áreas temáticas que definen ampliamente las de Ecología, Asuntos Sociales y Economía y tienen en cuenta el proceso social necesario para alcanzar la sostenibilidad. En las áreas temáticas se describen en forma detallada los respectivos temas y tareas a desarrollar: [1] Aspectos Institucionales; [2] Implementación de una Ética de Sostenibilidad; [3] Desarrollo de Asentamientos Humanos; [4] Protección de los Recursos Naturales; [5] Movilidad; [6] Desarrollo Económico; [7] Protección de los Recursos; [8] Protección del Clima; [9] Distribución Justa de las Condiciones de Vida; [10] Protección de la Salud Humana; [11] Cultura, Deporte y Formación; [12] Cooperación Internacional.

En el entonces Distrito Treptow se comenzó en el año 1997 con la elaboración de una Agenda Local 21, sobre la base de la resolución de la Asamblea Distrital. El proceso fue iniciado por ciudadanos pertenecientes al "Foro Agenda Local 21-Treptow", al "Grupo de Proyecto Agenda Local 21" y por algunos colaboradores y colaboradoras de la Administración del Distrito, quienes se reunieron en noviembre de ese año en el "Foro Ciudadano Agenda Local 21-Treptow" para elaborar en forma conjunta un Programa de Acción para el Siglo 21. Como resultado de estos encuentros fueron presentados en junio de 1998 el primero, y un año más tarde el segundo borrador para una Agenda Local 21. El tercer borrador de trabajo realizado en el año 2000 se orientó ampliamente en los documentos existentes de los distritos vecinos de Lichtenberg y Köpenick.

Área de Problemas en el nuevo distrito

A partir de la reforma territorial del 1 de enero de 2001, la ciudad-estado de Berlín quedó integrada por 12 en lugar de los hasta entonces 23 distritos que la conformaban. En ese marco se fusionaron los distritos de Treptow y Köpenick.

Entre los problemas más importantes en Treptow-Köpenick se cuentan, entre otros:

- la quiebra de la infraestructura industrial luego de la caída del muro y de la RDA, cuando en corto tiempo se perdieron decenas de miles de puestos de trabajo con las consecuencias sociales que esto trae consigo,
- el colapso de tránsito en la área antigua de la ciudad de Köpenick, situada en una isla sin posibilidades de desvíos, lo que impedía el desarrollo de la infraestructura en este centro turístico e histórico,
- los planes de ampliación del aeropuerto Berlín-Schönefeld, situado relativamente cerca del distrito, con el objetivo de convertirlo en un gran aeropuerto. Una gran parte de la población sintió temor ante un posible aumento de la contaminación acústica y ambiental y con ello de la pérdida de valor de sus propiedades,

Como tareas a proseguir deben ser mencionadas las siguientes:

- proteger las muchas fuentes de agua existentes en el distrito, los bosques y las especies de la biodiversidad,
- intensivar y continuar con las iniciativas de participación ciudadana y el proceso de consulta,
- lograr una administración cercana al ciudadano,
- fortalecer el comercio local y lograr nuevos puestos de trabajo, no por último en el ámbito de las pequeñas y medianas empresas (PYMES).

Estructura y actores/as de la Agenda Local 21 Treptow-Köpenick

Con el proceso de consulta en el año 1994 comenzó a formarse también una estructura para el proceso de la Agenda 21 en Köpenick, la que en esencia permanece hasta hoy, conocida como el "Modelo

Köpenick" y que continuó sin grandes modificaciones luego de la fusión con el distrito vecino de Treptow. Responsables de la Agenda Local 21 son no sólo la administración distrital -Pilar I-, sino también la sociedad civil a través de los grupos de trabajo fusionados del *Foro Civil Medio Ambiente y Desarrollo de Köpenick* considerado como el Pilar II, como así también las 36 *Comunidades Eclesiásticas Treptow-Köpenick*, que agrupa las más distintas confesiones -Pilar III-

Administración del Distrito

Dentro de la administración distrital (Pilar I), las actividades localizadas con el Alcalde Distrital son dirigidas e implementadas por el responsable de la Agenda 21 y su coordinador. Entretanto en la Asamblea y en la administración del distrito existe un amplio consenso acerca de que la Agenda 21 es una tarea transversal que incumbe a todas las áreas del Parlamento y la Administración. Por eso se han adjuntado los llamados "diputados civiles" a la mayoría de las comisiones de la Asamblea Distrital, quienes en su rol de participantes activos de la sociedad civil apoyan a los diputados en el proceso de la Agenda Local 21.

Sociedad Civil

La sociedad civil se ha organizado en el "Foro Civil Medio Ambiente y Desarrollo Köpenick", cuyos seis grupos ([1] Desarrollo Urbano, Tránsito y Turismo; [2] Energías Renovables; [3] Educación ambiental; [4] Hermanamiento entre Treptow-Köpenick y Cajamarca; [5] Evitación de Residuos [6]; Asuntos Sociales) trabajan en algunos temas centrales de la Agenda Local 21. En estos grupos de trabajo colaboran muchos empleados de la administración del distrito como así también representantes de las Iglesias. Luego de la fusión de ambos distritos la estructura original diseñada para Köpenick se amplió para el nuevo distrito.

Iglesias

Desde el comienzo estaba claro para todos los participantes de Treptow y Köpenick que el proceso definido en la Agenda 21 para el desarrollo sostenible de la comunidad y el "Proceso por la Justicia, la Paz y la Conservación de la Creación", propuesto por El Consejo Ecuménico de las Iglesias, estaban unidos inseparablemente. Representantes de la comunidad cristiana unificaron el proceso conciliar con el de la Agenda 21 en todos los campos.

El Grupo de Iniciativa para Un Mundo de Köpenick (KIGEW) es la representación ecuménica de base de la comunidad eclesial en el distrito que elabora los contenidos de los foros ecuménicos. La Oficina Ecuménica de Köpenick (KöB) es responsable del intercambio de información entre KIGEW, las comunidades eclesiales y otros grupos interesados en el trabajo de la Agenda Local 21.

Asociación Promotora

Con la creación de la Asociación Promotora de la Agenda Local 21 Treptow-Köpenick en 1996 se institucionalizó la estructura del Pilar II y al mismo tiempo se creó una posibilidad para captar donaciones y medios de apoyo como así también para la realización de medidas de ajuste y de creación de empleo (SAMs y ABMs)¹. La asociación se concibe como un proveedor de servicios para el proceso de la Agenda 21 en el distrito; ella es responsable de crear el marco jurídico para los proyectos sin fines de lucro. Apoyada en una buena cooperación entre la administración del distrito, la de trabajo y la sociedad de servicios *Futuro en el Centro*, intenta reagrupar el proceso y las contrapartes según el principio de "gleichen Augenhöhe", es decir de la igualdad de derechos entre las contrapartes.

Entretanto se iniciaron algunos proyectos bajo las medidas arriba mencionadas, SAMs y ABMs, entre ellos:

- la Oficina de la Agenda 21-Köpenick apoya las actividades de los grupos de trabajo, realiza eventos, mantiene el contacto entre la Administración y las Iglesias y representa un importante punto

de encuentro para las ciudadanas y los ciudadanos,

- la Oficina para una Economía sostenible en el Parque de Innovación de Wuhlheide (una parte del distrito) lleva adelante un intercambio de ideas y tecnologías en el distrito a través de la cooperación y pretende además, apoyar la creación de pequeñas empresas innovativas y orientadas a la tecnología a través del establecimiento de centros fundacionales,
- el proyecto "Superación de la Violencia-Acciones locales para su Desactivación", que unifica actividades existentes en el nivel local y que apunta a proponer nuevas acciones; más allá de esto debe tratar de unificar iniciativas comunales y eclesiales para jóvenes y generar ideas para superar la violencia.

Para la armonización de los intereses de los actores y las actrices de la Agenda 21 en el distrito se creó un círculo de consulta. En él se reúnen una vez al mes representantes de la administración, de la sociedad civil y de las iglesias para decidir acerca de actividades pendientes y discutir problemas y perspectivas de su trabajo.

Actualización de la Agenda 21 luego de la reforma administrativa

Con la fusión de Treptow y Köpenick se formó un nuevo grupo de redacción a la que pertenecen representantes de la administración, la sociedad civil y las iglesias de ambos distritos. Este grupo intenta unificar los borradores para la Agenda 21 de ambos, cuyos contenidos están siendo discutidos en la actualidad.

Las 79 premisas mencionadas anteriormente se han reducido entretanto a 17, mientras que los 12 campos temáticos mencionados permanecen. El tema "Desarrollo de un sistema de indicadores de sostenibilidad" completa la Agenda local, la que tal como consta en sus borradores, se concibe a sí misma como una especie de toma fotográfica instantánea, dentro de un proceso continuo que pretende mostrar perspectivas de negociación.


La población interesada será informada de varias formas sobre las actividades a desarrollarse en el marco de la Agenda Lo-

cal 21. Entre las actividades que se llevarán a cabo figuran por ejemplo, una fiesta solar anual y las "Conversaciones en la Alcaldía" bisemanales organizadas por la administración distrital, la universidad popular y la asociación promotora. El boletín informativo "Agenda 21-Infoblatt" que fuera editado bimestralmente hasta la fusión de los distritos volverá a aparecer cuando se produzca el encuentro Río + 10.

Un sólido componente de la Agenda

Local 21 es la cooperación con un municipio de un, así llamado, país en desarrollo. Esta cooperación está prevista en la resolución de la Agenda elaborada por el Consejo de la Asamblea Distrital de Köpenick en octubre de 1994. Con este componente se pretende traspasar los límites de una actividad puramente medioambiental y entender la Agenda como una tarea que atraviesa transversalmente a todas las otras, inclusive la cooperación Norte-Sur.

Los tres pilares de la Agenda Local 21 en Treptow-Köpenick

Círculo de consultas (tres miembros de cada pilar)			
Pilar I Administración Pública		Pilar II Sociedad Civil	Pilar III Iglesias
Oficina Distrital Treptow-Köpenick de Berlín		Asociación Promotora de la Agenda Local 21	
Departamentos especializados		<ul style="list-style-type: none"> Oficina Agenda-21 Oficina para una Economía Sostenible 	<ul style="list-style-type: none"> Oficina Ecuménica de Köpenick (KÖB)
		 <p>Foro Civil Medio Ambiente y Desarrollo-Köpenick</p> <p>Grupos de Trabajo</p> <ul style="list-style-type: none"> Energía y recursos Planeamiento Urbano, Tránsito, Turismo, Protección del Medio Ambiente 	<p>Comunidades Eclesiásticas, Grupos Cristianos de Base</p> <p>Círculo Eclesiástico Oberspree</p> <p>(responsable de Treptow y Köpenick)</p>
entre otros, la Oficina del Alcalde Distrital	↔	<ul style="list-style-type: none"> Hermanamiento de ciudades Treptow-Köpenick - Cajamarca 	↔
		<ul style="list-style-type: none"> Educación Ambiental Evitación de residuos Asuntos sociales <p>↑ Coordinación de los Grupos de Trabajo ↑: Círculo de Voceros</p>	

La Agenda Local 21 en Treptow-Köpenick intenta ser mucho más que una actividad exclusiva en el campo del medio ambiente y de entender su tarea transversal, que incorpora también la cooperación comunal Norte-Sur.

Luego de algunas discusiones se decidió llevar a cabo un hermanamiento sobre la base de la Agenda Local 21 con la Provincia de Cajamarca. La decisión recayó en esa ciudad peruana porque ella ya tenía experiencia en la realización de las resoluciones de la conferencia de Río de 1992 y a raíz de ello es llamada con entera justicia el "primer municipio ecológico del Perú". Las experiencias de Cajamarca con las mesas redondas y la participación de la población son para Treptow-Köpenick muy importantes.

Durante la visita del Alcalde Distrital y dos representantes de los Pilares I y II de Köpenick a Cajamarca en mayo de 1998 se firmó el convenio del hermanamiento entre las ciudades. En él se prevé una cooperación en todos los campos de la Agenda Local 21, no sólo entre los Alcaldes y funcionarios, sino un real intercambio de experiencias y mutuo conocimiento en todos los niveles.

Entre las actividades comunes acordadas en el marco de la hermandad se encuentran, entre otras, las siguientes:

- jóvenes profesionales no académicos de ambas ciudades tuvieron la posibilidad entre los años 1997 y 2000 de conocer la ciudad hermana por el término de tres meses durante la realización de prácticas dentro de un tema predeterminado. Estas estadías fueron financiadas por la Sociedad Carl Duisberg (CDG) en el marco de sus programas de intercambio (ASA),
- durante la Conferencia de Medio Ambiente para Jóvenes realizada en Köpenick en noviembre de 1998 se conocieron los grupos de teatro de jóvenes de Cajamarca "AlgovipasaR" y de Köpenick "Alte Möbelfabrik", los integrantes de este último grupo visitaron Cajamarca a principios de 2000.
- se iniciaron contactos entre *Kindergärten*, escuelas especiales y comunidades eclesísticas de base de ambas ciudades,
- en acuerdo con las contrapartes de Cajamarca se donó una gran cantidad de aparatos de medicina prácticamente nuevos a sus hospitales, los que fueron embarcados en el verano de 1999,
- se está trabajando en forma conjunta con uno de los problemas más grandes de Cajamarca, es decir la provisión de agua

potable como así también el tratamiento de las aguas residuales. Juntamente con la CDG y otras contrapartes se está buscando una solución. En este marco, en mayo de 2000 participaron expertos y expertas de Cajamarca en una conferencia sobre agua y desagües que se realizó en Köpenick, juntamente con el grupo de coordinación, la *Administración del Distrito*, la *Asociación Promotora*, la ONG KATE e.V, la *Escuela Técnica de Altos Estudios* de Wildau y establecimientos de agua de Berlín. Estas actividades continuaron en el 2001,

- con recursos financieros del *Ministerio Federal de Medio Ambiente* comenzó en el 2000 un programa de introducción en la agricultura ecológica en algunos territorios rurales de la Provincia de Cajamarca. Como contrapartes actúan, entre otros, la *Sociedad Alemana de Cooperación Técnica (GTZ)*, KATE e.V. y la ONG de Cajamarca ASODEL como así también comunidades eclesísticas.

Existe también una cooperación Este-Oeste. En setiembre de 2001 comenzó un proyecto piloto en el que las experiencias acumuladas por el distrito Treptow-Köpenick tratarán de ser volcadas en el establecimiento de una Agenda Local 21 para la ciudad L, viv en el oeste de Ucrania, para lo cual ya tuvieron lugar las primeras visitas mutuas. En este momento se está preparando un taller en L, viv para identificar campos de problemas y actores/as.

Cada una de las actividades – sea en el ámbito del hermanamiento, en el de la educación ambiental, en temas de energía regenerativa o la bolsa de intercambio creada en el 2001, sólo para nombrar algunos de los tantos ejemplos-, se desarrolla sobre la base de las estructuras institucionales ya mencionadas, pero requieren también de un fuerte componente de trabajo ad honorem. Sin ese trabajo voluntario y comprometido dentro de la asociación promotora, de los grupos de trabajo o de la iniciativa de los desocupados, sea como representantes de la ciudadanía o dentro de otras numerosas medidas y proyectos de la Agenda Local 21 de Treptow-Köpenick, ésta no sería posible.

Reflexión final

Köpenick fue el primero de los distritos berlineses cuyos representantes promulgaron una resolución - 1994 - para implementar la Agenda Local 21 en su distrito. Es particularmente en él donde se logró una estructura que alcanza en la actualidad cada vez más ciudadanos/as y contribuye a integrarlos/as gracias a un buen trabajo de cooperación entre todos/as los/as participantes, es decir la administración distrital, la sociedad civil y las iglesias entre sí y con sus contrapartes externos, como por ejemplo el Ministerio de Trabajo¹.

En efecto, la reforma administrativa de 2001 impulsó la fusión de dos distritos con distintas características: Köpenick y Treptow. El primero se distingue por su riqueza en bosques y fuentes de agua, por poseer una estructura territorial parcialmente rural pero de gran significado histórico, mientras que el segundo se caracteriza por ser un distrito más nuevo, por estar situado más cerca del centro de la ciudad y poblado por clase social media. El 31 de agosto de 2002, el Alcalde de los distritos unificados Treptow-Köpenick entregará a la población la nueva Agenda Local 21 (la primera Agenda Local 21 de un distrito berlinés surgido a raíz de una fusión administrativa) en el marco de un acto festivo y como contribución descentralizada a las actividades de "Río + 10" en Berlín.

En el futuro se tratará de llegar a mayor cantidad de ciudadanos/as y con ello de intensivar el proceso de consultas, de estabilizar las estructuras existentes, de ganar

nuevas contrapartes, no por último en el campo de la economía local, como así también escuelas y centros juveniles para lograr que el proceso iniciado sea realmente irreversible.

Revisado, traducido y prologado por
Alicia Rivero

Notas:

¹SAMs: Strukturpassungs-Maßnahme (medidas de ajuste estructural); ABMs: Arbeitsbeschaffungsmaßnahme (medidas para la creación de empleo.)

²Arbeitsamt: literalmente traducido significa „oficina de trabajo“.

Referencias Bibliográficas

B.A.U.M Consult GmbH, 2001. Bedingungen institutioneller Stabilisierung lokaler Agenda 21-Prozesse -Modelhafte Stabilisierungspfade-. Informe de investigación N° 14, Uni-versidad de Bremen, ZWE "Arbeit und Region", Munich y Bremen, 2001.

Bezirksamt Köpenick von Berlin. Agenda-21-Infoblatt (revista bimensual), Berlín 1995 - 2000.

Bezirksamt Köpenick von Berlin, 1996. Lokale Agenda 21 Köpenick, Arbeitsentwurf August 1996, Berlín 1996.

Bezirksamt Köpenick von Berlin, 2000. Lokale Agenda 21 Köpenick, September 2000, Berlín 2000.

Bezirksamt Treptow-Köpenick von Berlin, 2002. Lokale Agenda 21 Treptow-Köpenick, September 2002, Berlín 2002 (en impresión).

Forum Umwelt & Entwicklung Köpenick, AGStädtepartnerschaft Treptow-Köpenick - Cajamarca, 2002. <http://go.to/staepa>

KATE, 2000. Internationale Konferenz Trinkwasser und Abwasserin Cajamarca / Peru, Mai 2000, Berlin-Köpenick: Dokumentation. Berlín 2000.

Land Berlin, 2002. <http://www.berlin.de>

Campo Grande: a formação da sociedade local e o desenvolvimento de sua identidade cultural

Campo Grande: local society organization and cultural identity development

Campo Grande: la formación de la sociedad local y el desarrollo de la identidad cultural

Aparecido Francisco dos Reis
Universidade Católica Dom Bosco

contato: franreis@uol.com.br

Resumo: O artigo a seguir é resultado de pesquisas acerca da formação da mentalidade e da cultura do homem que habita a cidade de Campo Grande e parte do estado de Mato Grosso do Sul. Serão discutidos os modos de pensar, agir e sentir da população local. O estudo foi realizado mediante a observação sistemática do material simbólico como registro de opiniões, dos sentimentos e do pensamento social. Nesse sentido, pensa-se numa sociedade com características agrárias centrada, ainda, numa mentalidade passadista, mas que caminha em direção ao que a sociologia identifica como contínuo folk-urbano, isto é, uma sociedade em transição do rural para o urbano.

Palavras-chaves: cultura; representação do espaço; identidade.

Abstract: The following article is the result on the formation on of the mentality and culture of the man who inhabits the city of Campo Grande and part of the state of South Mato Grosso. In the article the ways of thinking, acting and feeling of the local population are discussed. The study is based on systematic observation of symbolic material such as: registering of opinions, feelings and social thought. In this way, one can think of a society with agrarian characteristics still center on thoughts of the past but going in the direction of what sociology identifies as continuous folk-urban. That is, a society in transition from the rural to the urban.

Key words: culture; space representation; identity.

Resumen: El artículo que sigue es el resultado de pesquisas acerca de la formación de la mentalidad y de la cultura del hombre que habita la ciudad de Campo Grande y parte del Estado de Mato Grosso do Sul. En este estarán discutidas, los modos de pensar, actuar y sentir de la población local. El estudio fue realizado mediante la observación sistemática del material simbólico como: registro de opiniones, de los sentimientos y del pensamiento social. En ese sentido, se piensa en una sociedad con características agrarias centrada aún, en una mentalidad antigua pero en dirección al que la sociología identifica como continuo folk-urbano; o sea una sociedad en transición del rural para el urbano.

Palabras claves: Cultura; representación del espacio; identidad.

A sociedade campo-grandense teve suas origens totalmente ligadas ao mundo rural tanto nas atividades econômicas quanto culturais. Pode-se falar em uma sociedade com uma cultura ligada às formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiava em soluções econômicas mínimas. A economia e o trabalho estavam condicionados pela grande extensão de terras nas quais se cultivavam a agricultura e a criação de gado, sendo este último o elemento econômico preponderante na constituição da sociedade local. Assim sendo, enquanto cidade, Campo Grande e o próprio sul de Mato Grosso nasceram e se consolidaram a partir da criação de gado feita em grandes extensões de terras:

Esse sistema se realiza em grandes áreas ou propriedades, ele depende muito mais dos recursos naturais - pastagens, barreiros salinos - do que recursos zootécnicos. A adoção desse processo de criação propicia a formação de grandes latifúndios, porque a baixa rentabilidade da exploração do gado é compensada pela expansão quantitativa de dois fatores básicos, a terra e o gado (Weingartner, 1995, p. 18).

Segundo a autora acima citada, o gado é que fez a base econômica. Espalhando-se pelas campinas e pelo cerrado aberto das terras da região, possibilitando a formação das fazendas e o aparecimento dos nú-

cleos urbanos, ensejando a formação da agricultura. Criar gado tornou-se a profissão normal do tipo médio do habitante da cidade e de suas adjacências.

Desde o início do século XX, Campo Grande, assim como todo o sul de Mato Grosso, é uma região eminentemente pastoril. Toda circulação de dinheiro e de outras atividades estavam diretamente associadas ao boi, como pode-se verificar na descrição de Paulo Coellho Machado (1990).

No declínio, a cidade esvazia-se para recrescer o movimento, com maior embalo, na alta do boi. Então a cidade assumia novamente o ar alegre e brejeiro, porque nós sempre dependemos e vamos depender por muito tempo dos negócios pecuários. Novos bares e estalagens foram abertos, cabarés nasciam a todo instante, ao lado do comércio de gêneros alimentícios, armazéns, bazares e outros que foram se aperfeiçoando. Mulheres de todas as partes procuram a cidade, onde corria dinheiro a rodo. Logo começaram a chegar também as jovens paraguaias, internacionalizando e valorizando a zona campo-grandense. Frescas, bonitas, amoráveis, desinibidas, falando e ensinando o guarani... Trouxeram a polca e a dolente guarânia, logo incorporadas ao nosso folclore e cantadas ao vilão dia e noite (Machado, 1990, p. 80).

Campo Grande transformou-se no lugar preferido dos boiadeiros, dos viajantes, dos negociantes de toda espécie, pela colo-

cação próxima dos centros produtores, fertilidade das terras e pelo acúmulo de capital por parte de vários fazendeiros.

Agricultura e trabalho

Outros pontos importantes no entendimento do habitante local são suas concepções de produção e de trabalho.

Na produção agrícola havia a predominância de uma economia de subsistência, associada a grande quantidade e a fertilidade das terras. Plantava-se para viver, a colheita era enorme se comparada com o plantio. Em caso do enfraquecimento do solo, associado à precariedade da técnica, era possível recorrer a novas terras, onde se recriavam as condições anteriores, não apenas de produtividade, como de isolamento, perpetuando a auto-suficiência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho, condizentes com o modo de produção capitalista.

Essa prática tornou-se comum no interior do Brasil, como se pode observar ao fazer a leitura de textos referentes à cultura e ao tipo rural brasileiro.

Em *Os Parceiros do Rio Bonito* (1962), Antônio Cândido discute as transformações nos meios de vida e padrões de sociabilidade do caipira paulista tradicional, relacionando-as às mudanças socioculturais que acompanharam os processos de urbanização e industrialização no estado de São Paulo. Abandonando a intenção original de investigar o impacto do processo de mudança nas manifestações folclóricas, mais precisamente no cururu, dança típica da região pesquisada, o sociólogo acabou desenhando um retrato do homem, conhecido como o rústico.

O conceito de *cultura rústica* baliza a análise do autor, que acentua a necessidade de distingui-lo de *folk-culture*, pois, se em ambos trata-se do tema do isolamento relativo e da incorporação e reinterpretação de traços culturais, que vão se alterando ao longo do contínuo folk-urbano, cultura rústica indica um padrão específico de contato interétnico e cultural. Entende, dessa forma, que:

No caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por caboclo no uso dos estudiosos, sendo provavelmente Emílio Willems o primeiro a utilizar de modo coerente a expressão cultura cabocla; e com efeito aquele termo exprime as modalida-

des étnicas e culturais do referido contacto do português com o novo meio (Cândido, p. 22).

A análise de Antônio Cândido aproxima a cultura cabocla do caipira à existência nômade ou semi-nômade, associada ao processo de conquista dos sertões. O fato teria suas raízes históricas no fenômeno das entradas e bandeiras, pois como nos adverte o autor:

A expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas na incorporação do território às terras da Coroa portuguesa na América, mas na definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português que se pode chamar de cultura caipira (p. 35).

Um lençol de cultura caipira teria se estendido, assim, em fins do século XVIII, pelas capitânicas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e também aqui em Mato Grosso do Sul, em que se revelam formas de sociabilidade e sobrevivência caracterizadas por soluções mínimas. Segundo esse argumento histórico, o homem rústico do interior, por conseguinte aqui do Centro-Oeste, teria herdado do bandeirante a esquivança, o laconismo, a rusticidade e, como corolário da grande mobilidade e dos padrões mínimos de vida, o espírito de aventura: “na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura” (p. 37). A principal característica dessa cultura consistia na rusticidade, resultado do encontro de padrões culturais europeus, no caso específico de espanhóis e portugueses com os de etnias indígenas, modelando esses últimos, em grande parte, o modo de ser da população local.

Segundo o autor, a dieta alimentar do elemento rústico resultaria dessa vida nômade e apresentava sensível semelhança com a dos bandeirantes. O leite, o trigo e a carne de vaca seriam itens muito raros e a caça, atividade caipira por excelência. Nela se “desenvolia a extraordinária capacidade de ajustamento ao meio, herdada do índio” (p. 55). Também na habitação a provisoriedade estava gravada. A casa, um abrigo de palha

sobre paredes de pau-a-pique, recebia o nome de “rancho”, indicando o caráter de pouso que tinha para o morador (p. 37).

O sociólogo não se detém muito a explicar como uma característica cuja origem histórica remontava ao bandeirismo e a um certo padrão de povoamento se cristalizara, mais preocupado que estava com o processo de mudança nas áreas tradicionais de São Paulo, como efeito da industrialização e da urbanização. Tratava-se também de pensar como traços culturais vistos como garantidores de “equilíbrio ecológico”, portanto funcionais ao modo de vida caipira, se comportariam nas novas condições de organização social. Por conseguinte, não restam dúvidas ao autor que a cultura caipira ou cabocla, caracterizada por relativa independência em relação aos núcleos urbanos, disponibilidade de terras, trabalho doméstico, auxílio vicinal e acentuado tempo disponível para as atividades de lazer, representava um padrão adaptativo às condições do meio:

Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o atraso que feriu a atenção de Saint-Hilaire e criou tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já neste século, no Jeca Tatu de Monteiro Lobato (p. 82).

O estereótipo da indolência explicava-se pela organização da cultura, tanto em termos biológicos, e daí a importância dos estudos da alimentação, como sociais, em torno de padrões mínimos, daí resultando uma margem de lazer maior. Esses padrões trariam dificuldades para a adaptação posterior a novos ritmos de trabalho e a eles também se somavam características da saúde e da nutrição, apontadas muitas vezes como causas únicas. A preguiça é percebida por Cândido, como um dado não contingente, como um traço cultural do caipira. É explicada pela estabilização de sua vida “em termos biológicos e sociais em torno de padrões mínimos” (p. 86). Assiste-se, dessa forma, a uma nova inversão da célebre frase de Monteiro Lobato: o Jeca não “estava assim”, ele realmente “era assim”, dados os padrões culturais que organizavam a sua vida social, uma vida “mínima”.

Apesar de Antônio Cândido não se referir à idéia de espírito ou mentalidade capitalista como se vê na análise de Max Weber acerca do tipo social básico forma-

dor do capitalismo nórdico-europeu, é possível pensar nesse tema como pano de fundo de seu trabalho. Tal afirmação é compreendida a partir da leitura de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1980).

Em Weber, o capitalismo como forma econômica não poderia ter se desenvolvido sem uma mudança de visão de mundo básica. Assim, Weber foi conduzido à idéia de que a explicação para o fato deveria ser encontrada na estreita vinculação do capitalismo com a ascese puritana. O fato, de na época, os líderes do mundo dos negócios, os proprietários do capital e os níveis mais altos de mão-de-obra qualificada, e, sobretudo, trabalhadores disciplinados e com obrigação moral para o trabalho, serem, na sua maioria, protestantes, demonstraria, segundo Weber, uma tendência, nestes, para o racionalismo econômico. A razão para este fato, Weber busca no caráter intrínseco e permanente de suas crenças religiosas e não apenas em suas temporárias situações políticas e históricas.

É exatamente no calvinismo que Weber passa a centrar sua análise no sentido de perceber na visão de mundo apontada aqui, os elementos básicos guias do comportamento puritano: isolamento espiritual do indivíduo em relação a Deus; racionalização do mundo e a eliminação do pensamento mágico, como meio de salvação. Deste modo, com o intuito de relacionar as idéias fundamentais do ascetismo puritano com as tendências econômicas, Weber aponta alguns elementos coincidentes: o trabalho como a própria finalidade da vida; o sucesso profissional e a riqueza do indivíduo como provas do cumprimento de sua vocação e da escolha divina, diferentemente do caipira estudado por Antônio Cândido.

A ascese puritana teria, então, libertado o fiel para a ânsia do lucro como um desejo de Deus. Com isso, Weber quer dizer que se precisa considerar a especificidade das relações entre a economia e as representações de mundo dos sujeitos de uma determinada sociedade.

Weber salienta, de um lado, para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social e, de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social, determinado fato deve sua maior dependência.

Parece que o caipira ou o Jeca pode ser compreendido como o inverso do calvinista, formado em outra visão de mundo em relação ao trabalho. Cândido afirma que o Jeca “não é vadio, simplesmente não é ambicioso nem previdente” (p. 87). Tal condição aparece simbolicamente reforçada pelas origens históricas, reais ou míticas, que explicariam o sentido de independência do caipira e que o teriam colocado à margem de relações escravistas ou servis. Por isso, surgiam expressões como a registrada por Antônio Cândido: “sino é para italiano”, no caso do estado de São Paulo, que procurava “dar expressão étnica a duas tradições culturais diversas: a do imigrante europeu formado secularmente nos padrões de dependência senhorial; a do caipira, herdeiro da aventura de desbravamento e posse franca dos sertões” (p. 189).

As relações de trabalho e a propalada preguiça não poderiam ser dissociadas da estrutura fundiária, pois expulso das posses, nunca legalizadas, o “Jeca” persistia como agregado, ou “buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria” (p. 82). Apenas a partir das décadas de 1940 e 1950 sua incorporação à vida das cidades se teria tornado apreciável. Em seu estudo, Antônio Cândido, ao procurar responder à pergunta de como se comportou a cultura caipira ante os fatores de desequilíbrio representados pelo latifúndio produtivo comercializado, o desenvolvimento urbano e o imigrante (p. 91), chega à conclusão de que “há resistência variável da cultura caipira segundo as formas de ocupação da terra, regime de trabalho e situação legal. Onde há concentração de sítios e ausência de latifúndio, vemos permanecerem com mais integridade as relações vicinais e o sentimento local” (p. 91).

O desamor ao trabalho do habitante do sertão estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulo prementes à técnica sumária e a espoliação eventual da terra. Foi peculiar ao habitante local a dedicação a outros afazeres como: a caça, a pesca e a indústria doméstica; e ainda atividades lúdicas como festas e celebrações, que aprofundavam as relações sociais entre vizinhos, parentes e compadres, mantendo assim, a homogeneidade e coesão social, consideradas mais importantes que as atividades econômicas.

O trabalho encontrava-se ainda racionalizado pela observância dos dias de guarda, considerados pelos mais velhos como “dias desastrosos”, nos quais se acreditava que o trabalho podia causar prejuízo grave, devido ao desrespeito às normas religiosas. Se para a maioria a semana conta com seis dias úteis, para o sertanejo conta apenas quatro. No sábado ele não vai à roça, fica em casa preparando os seus aviamentos de caça e pesca, ou em preparativos para ir ao domingo à vila; na segunda, ele descansa da fadiga do domingo. Entretanto, segundo Antônio Cândido isso não quer dizer que o homem rural fosse um vadio. Simplesmente não era ambicioso e nem previdente. Podendo apenas ser interpretado como um tipo que não tinha extremas necessidades, portanto, tendo uma concepção de trabalho própria em um universo relativamente fechado e homogêneo de uma cultura rústica em territórios vastos.

Apesar da idéia corrente do isolamento das culturas sertanejas, Antônio Cândido oferece indícios de que tal condição seria reforçada, no caso dos parceiros do Rio Bonito, pelo avanço da civilização urbana. Tradicionalmente, a estrutura fundamental da sociabilidade caipira era o bairro – “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela vivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (p. 62). Poucas frases seriam tão expressivas dessa realidade do que “o bairro é uma naçãozinha”, registrada pelo sociólogo no curso de sua pesquisa, indicando a consciência de pertencimento e identidade dos moradores.

No bairro caipira é que se deveria buscar, de acordo com o autor, o sentido de autonomia ao poder centralizador do grande domínio rural e à independência do fazendeiro. O sentido sociológico da autarquia econômico-social não deveria ser buscado no latifúndio, “largamente aberto às influências externas, graças à sua própria situação de estrutura líder, e sim no bairro caipira, nas unidades fundamentais de povoamento, da cultura e da sociabilidade, inteiramente voltados sobre si mesmos” (p. 81).

Esse padrão de sociabilidade sofre profunda alteração no processo de transição da

economia de subsistência para a economia capitalista, quando cada vez mais a vida social do caipira se fecharia no bloco familiar, implicando a perda das relações vicinais e dos laços organizados em torno do bairro. Antônio Cândido descreve-a como crise econômica, crise no padrão de vida e também crise sociocultural; percebendo-a como anomia, uma vez que:

A sua vida anterior comportava ritmo diverso, que não era estritamente determinado [...] pelas necessidades econômicas mais elementares, de que depende a própria sobrevivência. A par do trabalho agrícola, ocupava-se também com a vida comemorativa, a vida mágico-religiosa, a caça, a pesca, a coleta, as práticas de solidariedade vicinal [...] este conjunto de circunstâncias favorecia tanto o melhor ajustamento ecológico possível a uma situação a limentar medíocre, quanto à integração social mais plena (p. 169).

Em face da civilização urbana, a situação de equilíbrio ecológico da vida tradicional do caipira teria sido desestruturada, o que se faria sentir em diversos aspectos, sendo a alimentação um dos mais relevantes. A monotonia da dieta composta basicamente

por feijão, arroz, farinha e pouquíssima carne (mesmo a caça era rara) é acentuada pelo autor que descreve, com detalhes, o cardápio semanal de um caipira.

A sociedade de transição

Pode-se identificar pelo menos duas fases no processo de transição nesta sociedade com cultura eminentemente agrária com destino a uma sociedade urbana. A primeira fase ocorre concomitante à migração do homem do campo, a partir da década de 50. Evidentemente, Mato Grosso do Sul tem suas especificidades, pois em outras cidades, a urbanização se deu, principalmente em virtude da industrialização, sobretudo São Paulo. Aqui essa transferência ocorre mais posteriormente, no momento da divisão do estado de Mato Grosso. Nesse sentido, cidades como Campo Grande e Dourados, crescem e passam receber um fluxo maior de pessoas. A descrição da evolução da população do estado pode ser verificada na tabela abaixo.

Tabela 1: Taxa geométrica de crescimento da população residente - 1970/2000.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	POPULAÇÃO			
	1970	1980	1991	2000
RURAL	546.087	450.444	365.926	330.895
URBANA	452.117	919.123	1.414.447	1.747.106
TOTAL	998.204	1.369.567	1.780.373	2.078.001

Fonte: IBGE.

Foram apresentados aqui os dados das últimas quatro décadas, isto é, desde os anos 70, período da divisão e criação do estado de Mato Grosso do Sul. A partir destes, pode-se observar que a transferência da população da zona rural para as cidades do estado, foi extremamente rápida. No geral, o crescimento demográfico foi mais acelerado na década de 70, período que corresponde à entrada de migrantes gaúchos que vieram trabalhar no cultivo de soja. Na década de 80 a taxa verificada foi de 2,4, mas segundo estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no período correspondente à década de 90, o crescimento da população girou em torno a 1,86% ao ano.

Considerando que o Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se ainda em proces-

so de ocupação, possui uma densidade populacional baixa de 5,25 habitantes por quilômetro quadrado, apresentando grandes vazios demográficos, como a microrregião Baixo Pantanal com uma densidade de apenas 1,37 habit/km². Por outro lado, pode-se perceber que aproximadamente 50% da população habitam as regiões de Dourados e Campo Grande, totalizando 1.131.474 moradores segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000.

Como pode-se perceber nas análises dos dados do IBGE, a grande mudança da população para a zona urbana ocorreu na década de 70. Nesse período, introduziram-se no seio da sociedade agrícola, novas técnicas de produção, organizadas segundo o padrão capitalista. Ou seja, a mecanização

dos processos agrícolas, como na produção de soja, trigo, milho em várias regiões do estado, principalmente na região de Dourados, torna o Estado o 8º produtor de grãos do país. Também, no período, a atividade pecuária sofre mudanças no sentido do ajustamento aos modernos processos de criação de gado de corte e de leite, contado em 2000, segundo a SEPLANCT (Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia), com um rebanho de aproximadamente de 25 milhões de bovinos.

O fato do estado ocupar um lugar de destaque nas atividades agro-pecuárias não se traduz imediatamente numa situação cômoda para a população local. Também a migração da zona rural para as cidades trouxe, do ponto de vista dos sujeitos sociais mudanças econômicas e novas formas de entendimento do mundo. Numa entrevista realizada com uma senhora, moradora de Campo Grande, entre outras informações, pode-se observar uma certa saudade da fazenda, uma vez que a mesma, vivendo na cidade numa situação bastante adversa, revela as suas representações e o seu saudosismo de um tempo passado, que ao que parece, era bem melhor que presente.

O mundo meu filho é um grande teatro. Esse grande teatro é formado por três tipos menores, diferentes. O da roça, por oferecer melhores condições à vida, ar puro, e até levemente perfumado, fartura, abundância de água limpa e corrente, tranquilidade, ocupa o primeiro lugar na classificação. O segundo colocado é o tipo formado pelas cidades interioranas, pequenas, nas quais as pessoas vivem em harmonia, são amigas, cooperam para o bem-estar da comunidade. A terceira colocação coube ao tipo formado pela grande cidade, o tal mundo civilizado, onde há poluição do ar e sonora, maior número de sofrendores, de doentes, de acidentes e ladrões e de crimes de todo tipo (Rosa, 68 anos).

Esta senhora foi criada numa fazenda em uma cidade do interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Morando atualmente em Campo Grande e, em grande medida dependendo da ajuda dos filhos para sobreviver e sem aposentadoria, a mesma, embora de forma serena entende que o mundo de hoje perdeu os referenciais e os valores que tornam os seres humanos mais próximos uns dos outros. Sem dúvida essas formas de representação são comuns, sobretudo nos mais velhos e mais pobres que tiveram contato com a vida tradicional e podem compará-la

com o presente. Verifica-se isso nas palavras de João Santana (58 anos), morador de Campo Grande. Sua família veio da Bahia, quando ele ainda era criança, para trabalhar na agricultura na região de Dourados, hoje ele é aposentado como ex-funcionário da Enersul (Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul) e tem uma pequena mercearia num bairro de Campo Grande. Segundo ele, o que recebe como aposentado não é suficiente para o sustento da família, com 5 filhos, ainda solteiros e todos morando com ele. São ainda muito jovens, uma vez que se casou já com uma idade meio avançada. Embora cansado, se vê na obrigação de trabalhar mais um pouco ainda para poder sobreviver junto com sua família.

Para ele, a vida numa cidade como Campo Grande não tem sido das mais tranquilas. Alega que tem muitas despesas e poucas compensações, já que o modelo econômico não propicia uma melhora de situação. Ele percebe que em relação aos seus pais ele está melhor, tem mais conforto, mas isso representa um ônus muito grande, já que tem de se comprar de tudo hoje em dia. O passado dele na zona rural era marcado por dias bem melhores que os atuais. Assim sendo, pode-se notar representações muito presentes na sua fala quando compara passado e presente:

1 - A abundância: reino da fartura. Grandes colheitas, onde se deixava “milho no pé para os porcos comerem”;

2 - A solidariedade: todos se ajudavam mutuamente e ninguém passava apertado. O mutirão foi largamente praticado em toda zona rural do estado, representando para o roceiro: benefício, auxílio, obrigação moral de retribuir a ajuda e também uma dimensão lúdica: a festa;

3 - A sabedoria: havia gente que contava causos. Causos de santos, bichos, milagres. Todos com a função de instruir os mais novos. Uma espécie de tradição oral. Lembra que havia mais respeito e temor: os filhos obedeciam aos pais, os jovens aos mais velhos, os afilhados aos padrinhos e toda lei divina.

Essa valorização do passado, embora seja contada e apareça como real, é apenas uma imagem ideal. No passado havia doenças, mortes e recursos escassos. Mas é o tem-

po onde aparecem os valores fundamentais desse tipo de cultura, tais como lealdade, amizade, compadrio, entre outros. O fato de estarem morando hoje na cidade, não significa que se sintam completamente integrados. A impressão é que alguns indivíduos não cabem no universo da cidade, revelando a anomia apontada acima por Antônio Cândido no que se refere ao desmantelamento da cultura dos caipiras paulistas.

Integrando-se ou não ao universo urbano, esses sujeitos sociais encontram-se numa situação de aprender os novos estoques simbólicos disponíveis. O problema aparece porque não existe um equilíbrio na aquisição destes novos elementos, logo a mentalidade social oscila entre o mundo da cidade com seus valores, crenças, sentimentos e práticas sociais modernas e o mundo rural, mítico, onde o tempo parece não mudar, e se muda é para permanecer numa eternidade obedecendo os ciclo da natureza.

Tais situações revelam um profundo romantismo rural, passadista, a despeito do discurso em nome do futuro. A nostalgia pode ser vista como uma forma clássica de romantismo por aqueles que se recusam à alienação, aos conflitos de um tempo, e buscam num passado pré-urbano a utopia do tempo novo. No caso de Mato Grosso do Sul, a raiz desse romantismo está na idéia de que o atraso é uma condição determinante e ponto fundamental a ser superado, pois todos os males econômicos, sociais e políticos são dele advindos. Para tanto, na visão de parte dos habitantes da cidade e, sobretudo do Governo do Estado, há a necessidade de introduzir uma nova mentalidade através de capitalismo na forma de desenvolvimento industrial, da criação de uma burguesia urbana em detrimento dos grandes latifundiários e por fim, do rompimento definitivo com as práticas políticas tradicionais como o clientelismo e o paternalismo:

Acho que o governo do Estado pode não ser lá muito competente para administrar o Estado e tenha provocado até hoje muita decepção no povo. Todo mundo aqui em Campo Grande esperava uma saída melhor, um maior investimento na área industrial. As pessoas queriam que a indústria viesse para Campo Grande e isso iria provocar emprego e ganho. O governo está trazendo indústria só para Três Lagoas, Aparecida do Taboado, ali perto de São Paulo.

Não acho o governo bom, mas pelo menos é honesto e não rouba como os anteriores. As pessoas reclamam, mas não se lembram que esse Estado passou vinte anos sendo mal administrado e roubado pelos políticos tradicionais que se alteram no poder. O Estado está quebrado e nem tem como fazer novos investimentos (Leila, 46 anos - dona de comércio).

O depoimento de Leila demonstra a frustração que o governo administrado pelo PT (Partido dos Trabalhadores), tem, de certo modo, provocado. Como é sabido, desde a divisão do Estado no fim de da década de setenta, ele tem sido governado apenas por dois grupos políticos ligados à estrutura agrária, aos grandes latifundiários. Apenas em 1998, a hegemonia latifundiária foi supostamente rompida com a eleição de José Orcírio dos Santos, conhecido como Zeca do PT, para o governo estadual. As expectativas acerca do governo do PT giram, sobretudo, na idéia de criação de uma sociedade com estilo mais capitalista com incentivos a indústria, o que teria como decorrência a menor dependência das atividades agropecuárias. Evidentemente, nenhuma mudança de comportamento nas ações do governo podem ser isoladas do restante da ação da população como um todo. A mentalidade está associada a formas tradicionais e fossilizadas, logo, a mudança parece ser algo ainda muito distante. Na continuação de sua fala, Leila diz:

O Zeca não traz indústria para cá porque aqui em Campo Grande não tem mão-de-obra qualificada. As indústrias que se instalaram em Três Lagoas, trouxeram gente de São Paulo para trabalhar. Pegou pouca gente da cidade. Claro, prefere gente com capacidade para trabalhar e aqui não tem. Eu sou dona de comércio e sei que isso é difícil. Não se encontra gente competente para nada aqui.

Esses diagnósticos se recusa a ver que as mazelas e os problemas do Estado estão colocados na sua própria formação histórica e no contexto de uma sociedade que pode ser identificada como em direção à urbanização, e por isso, provocando saudade ou perspectiva de novo tempo. Não pode haver esperança de que um governo, seja ele qual for, possa ser o agente exclusivo de mudança.

Assim sendo, tem-se de pensar no urbano ou no rural, no mínimo em duas perspectivas: a das estatísticas e a da cultura ou estilo, sendo aqui entendida como uma forma de pensar, agir e sentir dos indivíduos

ou ainda, como um modo peculiar de “fazer as coisas” (DaMatta, 1998, p. 17).

A partir da perspectiva dos dados demográficos, Campo Grande pode ser pensada como uma cidade. Isso pode ser confirmado tendo como referência os critérios adotados no Brasil para definir o que é uma região urbana. Na verdade, a socióloga Maria Narazeth Wanderlei Baudel (1997) aponta que o critério mais frequentemente utilizado para distinguir uma sociedade rural da urbana é o tamanho da população. Segundo Wanderlei Baudel, cada país estabelece o limite além do qual um aglomerado pode ser visto como urbano. Na França é acima de 2.000 habitantes; nos Estados Unidos, o limite varia entre 10.000 e 50.000 habitantes e na Alemanha é considerado como rural toda região que sofrer ausência de uma cidade com mais de 100.000 habitantes.

No Brasil, segundo a referida autora, existem dois critérios estabelecidos. Pela legislação, atribui-se a toda sede de município a condição de urbana e, do mesmo modo, são igualmente urbanos conglomerados populacionais, às vezes, de dimensões muito reduzidas, como é o caso da maioria das sedes distritais.

Partindo dessa concepção, compreende-se que Campo Grande se enquadra como uma sociedade urbana, assim como as demais cidades brasileiras. A legislação não considera como relevante se parte da população mora no espaço urbano e exerce profissões ligadas ao espaço da zona rural.

Por outro lado, outros autores enfatizam que rural e urbano são conceitos que perpassam a noção de território e de tamanho de população, sendo compreendidos, portanto, a partir do tipo de sociedade ou mentalidade que se pode identificar.

Segundo Ruben George Oliven (1996), as teorias sociais que lidam com esses conceitos apontam para um contraste entre os dois modelos de sociedade. Nesse contexto, existe a teoria do antropólogo norte americano Robert Redfield (1941). Seu modelo é construído a partir de estudos com camponeses migrantes para a Cidade do México. Neste, o autor procura confrontar características de uma sociedade não urbana com a de uma urbana. Assim, ele apresenta uma sociedade não urbana como: “Pequena, iso-

lada, analfabeta e homogênea, com forte sentimento de solidariedade grupal” (Oliven, 1996, p. 13).

Neste tipo de sociedade descrita por Redfield, os modos de vida e o comportamento são tradicionais e espontâneos. O parentesco, as relações pessoais, o grupo familiar e suas instituições aparecem como fundamentos em detrimento da legislação que igualaria todos os indivíduos:

A vila camponesa quando comparada com a vila tribal, a cidade pequena quando comparada com a vila camponesa, ou a cidade grande quando comparada com a cidade pequena é menos isolada; é mais heterogênea; é caracterizada por uma divisão do trabalho mais complexa; tem uma economia monetária mais completamente desenvolvida; tem especialistas profissionais que são mais seculares e menos sagrados; tem instituições de parentesco e compadrio que são bem menos eficazes no controle social (Oliven, 1996, p. 15).

O autor aponta que a sociedade urbana é menos religiosa, mais racional e apresenta uma menor tendência de atribuir a doenças ou outros males uma relação imediata com a quebra de conduta moral e dos costumes tradicionais. Também a sociedade urbana permite uma ação maior de liberdade para o indivíduo. A partir da definição de Redfield, a sociedade urbana é uma coletividade dividida em grupos e classes sociais e na qual há indivíduos isolados uns dos outros. Os membros de uma sociedade com esse grau de complexidade não se conhecem pessoalmente e, assim, se relacionam mediante certas instituições sociais como Estado, escolas, igrejas, meios de comunicação, comércio e grandes rituais coletivos.

Por outro lado, o modelo de Redfield deve ainda ser compreendido como um momento de transição entre os dois modelos organização social. Assim, haveria sempre um direcionamento da sociedade rural para sociedade urbana, dependendo, é claro, do grau de heterogeneidade das relações sociais e da densidade populacional. As conseqüências do deslocamento rumo ao urbano seriam a desorganização da cultura, a secularização e o individualismo. Desse modo, a homogeneidade de uma sociedade rural, com uma estrutura monolítica, seria substituída na sociedade urbana, por uma diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural se fragmentaria, tendo então, como desfecho final, a desorganização e o conflito.

Referências bibliográficas

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1962.

_____. *Formação da Literatura Brasileira*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

DAMATTA, Roberto. *O que faz brasil, Brasil?* 9. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Censo 2000.

MACHADO, Paulo Coelho. *A rua velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. *Cenários para Mato Grosso do Sul 1999-2000*. Secretaria Estadual de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2000.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Antropologia de grupos urbanos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

REDFIELD, Robert. *The folk culture of Yucatan*. Chicago: University of Chicago Press, 1941.

VANDERLEI, Maria Nazareh Baudel. *O que há de moderno no Brasil rural*. Caxambu: ANPOCS, 1997.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

WEINGARTINER, Alisolette do Santos. *O movimento divisionista em Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: Edições Est., 1995.

Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas

Local Development: conceptual and methodological questions

Desarrollo Local: cuestiones conceptuales y metodológicas

Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Universidade Católica Dom Bosco

contato: sergiom@ucdb.br

Resumo: A visão humanista e ecológica requer, para sua compreensão e crítica, uma revisão de posturas e de estrutura de sentimentos, o que significa rever (portanto, questionar) convicções e crenças teóricas. De fato, a proposta humanista, holística e ecológica está na essência do conceito de desenvolvimento local, que assim adquire maior complexidade e se torna um desafio à reflexão.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; participação social; desenvolvimento endógeno.

Abstract: To understand and criticise the humanistic and ecological viewpoint, it is necessary to review attitudes in the structure of sentiments, which means reviewing (and as such, to question) convictions and theoretical beliefs. It is certain that the humanistic, holistic and ecological proposal is the essence of local development, which thus acquires major complexity and becomes a challenge for reflection.

Key words: Local development; social participation; endogenous development.

Resumen: La visión humanista y ecológica requiere, para su comprensión y crítica, una revisión de posturas y en la estructura de sentimientos, lo que significa rever (por lo tanto cuestionar) convicciones y creencias teóricas. De hecho, la propuesta humanista, holística y ecológica están en la esencia del concepto de desarrollo local, que de esta forma adquiere mayor complejidad y se vuelve un desafío a la reflexión.

Palabras claves: Desarrollo local; participación social; desarrollo endógeno.

1. Introdução

A atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento. Está claro que aspectos fundamentais que identificam tal mudança de paradigma chegam até nós nas leituras e nas discussões sobre desenvolvimento local, que é muito mais do que um conceito. Entende-se aqui que a dificuldade de entender (por conseguinte de aceitar) o desenvolvimento local é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis e mesmo opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento.

Entende-se que os pressupostos da visão humanista e ecológica requerem, para sua compreensão, uma revisão de posturas. Não há espaços para fetichismos e radicalismos de qualquer espécie, tampouco para concepções restritas de cultura. Igualmente necessário é rever a nossa estrutura de sentimentos, porque se exige sensibilidade em dose suficiente para não conciliar com a arrogância tecnicista e, não raro, etnocêntrica. Certamente nada disso é fácil, sobretudo porque, no mínimo, significa rever (portanto, questionar) convicções e crenças teóricas, o que certamente poucos estão dispostos a empreender e aceitar. Se de fato este não é o

maior problema, talvez entender (aceitar seria uma outra questão!) a proposta humanista, holística e ecológica, que está na essência do conceito de desenvolvimento local, seja algo realmente complexo que está a exigir muita reflexão. O presente trabalho, enquanto produto desta reflexão, se propõe a analisar aspectos conceituais e metodológicos do desenvolvimento local, cuja compreensão, em última análise, requer uma visão de mundo bem distinta da convencional, aquela centrada no racionalismo objetivista e cartesiano e em valores materialistas e adeptos do consumismo.

Enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal ("ganhar a vida") e ilimitado ("quanto mais melhor"), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários. Mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade. É certo que compreender o desenvolvimento local requer, indispensavelmente, que se reflita sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno.

2. Desenvolvimento ou (des)envolvimento: a questão da participação

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades. É, pois, certo que a história do desenvolvimento, na qual invariavelmente se atribui importância secundária à dimensão cultural, estão presentes mentalidades etnocêntricas, evolucionistas e racionalistas (Verhelst, 1992).

Desenvolvimento associado a progresso material decorre de uma visão positivista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Também encontramos a crença do progresso linear e tecnicista, características, aliás, do próprio modernismo (Harvey, 1998). Entender o desenvolvimento, de fato, não se trata de mera questão conceitual, mas de postura e de sentimento, basicamente sustentados pela modéstia e promotores da simplicidade. A dimensão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas (Torras, 1995). Voltar-se para as pessoas e não para os objetos, eis o princípio básico do desenvolvimento à escala humana (Max-Neef, 1986). Não obstante, objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação.

Desenvolvimento endógeno seria aquele balizado por iniciativas, necessidades e recursos locais, tal como uma comunidade que de fato se conduz a caminho do desenvolvimento, ou da promoção do seu bem-estar. Neste processo, a participação comunitária assumiria uma destacada condição do desenvolvimento local, seja de sua efetivação, seja de continuidade (La Dinámica, 1992). Como propõe Martín (1999, p. 172), o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”. Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança.

Assim, o caráter necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, uma vez que a participação é de fato uma conquista a ser empreendida individualmente por cada pessoa, num processo em que cada vez mais ela se torna cidadã (Demo, 1988). Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia.

Ávila (1993, p. 5), defendendo o que denomina de “municipalização qualitativa”, em termos de que seja esta uma “...saída, talvez porta única, na atualidade, para a endogeneização de nosso desenvolvimento...”, atribui importante papel à participação popular. Entende-se que a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender. A avaliação feita por Fernández (1995 p. 34) dos grupos locais da iniciativa comunitária Leader 1, na

Espanha, cujo resultado aponta uma escassa participação da população local, faz crer que este é o maior desafio a ser enfrentado por qualquer estratégia de desenvolvimento local.

É importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Neste sentido, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é, com o chamado capital social. Embora complexo e conceitualmente ainda impreciso, o capital social assume patente visibilidade enquanto recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial¹.

Conclui-se que a participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora. Negligencia-se a participação mesmo quando se empreendem todos os esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. O esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresse, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isto significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa.

3. Desenvolvimento local para quê?

Na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (Comitê, 1995) concebe o desenvolvimento local como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Neste caso, observa-

se uma clara preocupação com a geração de emprego e renda, que tem sido a tônica na Europa, aparecendo de forma contundente também aqui no Brasil². Dowbor (1996), por exemplo, após admitir que o desenvolvimento local não deve ser apenas pensado por uma “lógica economicista”, afirma que tal estratégia de ação de base local, na atualidade econômica e social do Brasil, deve considerar o “problema da necessidade da geração de emprego e renda”. É certo que o desenvolvimento local não constitui a única saída para a crise do desemprego, mas encerra a perspectiva do enfrentamento deste e de outros problemas socioeconômicos. Desenvolvimento local, todavia, não equivale a geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de desenvolvimento local.

Mahbub Ul Haq (1978), após apontar os “sete pecados” dos planejadores desenvolvimentistas, conclui que o desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda. A oportunidade de escolha, o direito à liberdade e a condição das pessoas de optarem e buscarem por melhores condições de vida formam, pois, o cerne do conceito de desenvolvimento humano.

Para Rozas (1998), desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Mas a superação das piores manifestações da pobreza na atualidade requer igualmente uma revisão de conceitos e, sobretudo, de posturas. Muito apropriadamente, Yunus (1998) afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação.

O enfrentamento e a superação da pobreza têm sido a tônica do desenvolvimen-

to local pensado e praticado na América Latina. Cada vez mais seus pressupostos humanistas têm servido a projetos que objetivam erradicar a miséria. Neste contexto, a participação representa um desafio ainda maior, haja vista que os segmentos mais carentes, não raro migrantes, portanto viventes em um processo de inserção socioespacial, têm ainda mais dificuldade de se envolver e contribuir efetivamente nos projetos. Colocá-los na condição de maiores beneficiários do processo, contudo, assegura apenas o atendimento emergencial às suas necessidades.

4. Local, essencialmente um sentido de lugar: a questão da escala

Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (Leroy, 1997, p. 88-89). Uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial (sentido de lugar) e que ganha força, na Europa, a partir dos anos 80, quer aproximar-se das pessoas, apoiar-se na solidariedade comunitária, instrumentalizar a comunidade, envolvendo-a efetivamente na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento endógeno (Gobierno Vasco, 1994).

Quando se fala de "local", está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constróem sua identidade. O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; o "espaço da convivência humana", onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento (Martín, 1999). É, pois, fundamental observar que o território adquire um destacado papel enquanto condição e fator de desenvolvimento, qualquer que seja a comunidade considerada. Não se trata, portanto, de mero suporte das ações humanas, mas de

um agente que, de acordo com suas potencialidades e limitações, pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento (González, 1998). É esta precisamente a idéia do território enquanto meio inovador, na medida em que é considerado fator, e não apenas *locus*, da inovação, isto é, do pensamento criativo que, na forma de empreendedorismo, planejamento de ações, se volta para a solução de problemas sociais, econômicos e ambientais.

Parece mesmo elementar que toda reflexão, investigação ou ação na escala local devam ser realizadas à luz da realidade cotidiana, isto é, que devam incidir sobre problemas relevantes e concretos de uma comunidade em seu entorno ou lugar, sem perder de vista as múltiplas determinações e interações com outras escalas ou níveis de análise. O lugar é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial. Há, pois, uma "ordem local" diretamente associada ao cotidiano das pessoas, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (Santos, 1996a). Esta é a escala humana, que se identifica pela relação entre as pessoas, entre estas e o seu entorno (ambiente, empresas e instituições), pautada na interdependência e na comunidade de interesses, mas também, e principalmente, no cotidiano conflitante e solidário vivido em comum.

A força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (Santos, 1996a; Le Bourlegat, 2000). O lugar se apresenta para as pessoas por sua materialidade, pela aparência conhecida e familiar dos elementos que o compõem - casas, ruas, campos, a vizinhança, o clima habitual, etc. É certo que tal materialidade participa ativamente da vida das pessoas, envolvendo-as por todos os lados, sendo assim, é no território, que os fatos ganham plena significação, tornando-se fatos socioespaciais. O enfoque socioespacial deve transcender a representação espacial e a localização dos fatos, e apreender o processo em que estes mesmos fatos adquirem em significação social. A cidadania, por

exemplo, poderá não passar de figura de retórica se não relacionada com o território. Cidadão não é todo aquele que tem direitos e deveres assegurados por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Neste sentido, Santos (1996b, p. 123) afirma que as condições de acesso aos meios de vida dependem, em grande medida, de como as pessoas estão situadas (e não apenas localizadas) no lugar, e conclui que “O cidadão é o indivíduo num lugar”. Isto quer dizer que, ao envolver práticas territoriais, em distintas espacializações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros.

Na atualidade, as relações entre o global e o local adquirem papel fundamental no desvendamento de ambos. Local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas (Benko, 1996, p. 65). A ordem global é a representante dos interesses “estranhos” ao lugar e à comunidade. A idéia de estranheza, cada vez maior entre as “ações” e os lugares (neste incluindo as pessoas), torna-se imprescindível à análise do mundo de hoje. É mais uma vez Santos (1996a, p. 65) que chama a atenção para o fato de que, na atualidade, deve-se considerar que as “ações” são cada vez mais estranhas ao lugar e às pessoas, criando duas escalas, uma de “realização” e outra de “comando”. O estudo do lugar requer assim sua observação a partir de distintos níveis de análise.

É oportuno retomar o problema da delimitação física ou cartográfica do lugar. Trata-se de uma interessante questão de método, que certamente se complica, se for meramente considerada como uma questão de precisar limites territoriais. Mas, como afirma Castro (1995), definir “tamanhos” é um problema elementar da abordagem geográfica, além de constituir uma inquietação para outras áreas que lidam com o espaço. Obviamente tem-se aí uma questão de escala, entendida esta mais como “unidade de concepção” e não como unidade de medida, limitada a um mero exercício matemático. Entende-se que o espaço local define-se por um conteúdo ecologicamente dinâmico e historicamente elaborado e experienta-

do pelas pessoas que nele moram (ou moraram). Grosso modo, as pessoas, consideradas em suas distintas possibilidades sociais e econômicas, relacionam-se com as condições de ocupação e sobrevivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes. Insiste-se que esta é a essência do lugar, chave da elaboração e da compreensão de sua identidade. Na perspectiva da vida à escala humana, na medida em que o objetivo maior é a conquista do bem-estar, o dimensionamento do lugar só adquire sentido se considerado em função da abrangência e contigüidade espacial dos interesses, dos problemas vividos pela comunidade e dos recursos existentes.

Lacoste (1988, p. 74) ensina sobre a significação da escala, observando seu caráter qualitativo e não apenas quantitativo. Afirma que diferentes escalas não correspondem tão somente a “diferenças quantitativas”, mas igualmente a “diferenças qualitativas”. A escala de estudo não deve, pois, resultar de uma única e derradeira escolha, mas é fundamental estar consciente das limitações e possibilidades que se interpõem à análise através da escala. Se a realidade diante dos olhos não é a mesma segundo a escala dada é sobretudo porque ela é multidimensional e multiescalar, não permitindo que o mesmo fenômeno possa ser observado em escalas distintas. A seriedade da questão da escala reside precisamente nas possíveis distorções (e “ocultações”) que ela possa engendrar na realidade observada (p. 84). Lacoste propõe que a escolha da escala deva ocorrer em função do nível de análise, isto é, no “tamanho do espaço” a ser considerado pelo estudo (p. 88-90). A escolha da escala é, pois, submissa ao tipo de problema ou à ação que se quer praticar. É interessante observar, que o número de variáveis (“interseção de conjuntos espaciais”) se torna cada vez maior à medida que o tamanho do espaço se reduz (p. 90). É, pois, como certa vez alertou Milton Santos: “Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do “mais pequeno” (Santos, 1988, p. 3).

Assim, o manejo da escala na análise territorial está longe de constituir um exercício meramente matemático ou restrito à

representação cartográfica. Souza (1996, p. 16) propõe uma espécie de “raciocínio multiescalar” para se alcançar maior poder explicativo e perceber melhor a magnitude dos fenômenos. À escala local, por exemplo, a segregação socioespacial é qualificada como problema socioeconômico (e, obviamente, político) para o poder público local, preocupado com a elevação da pobreza urbana ou com o déficit habitacional. À escala regional, são os fluxos migratórios articulados para o trabalho, percebidos como resultado e condição de uma atividade econômica. Somente à escala do lugar é possível apreender a dimensão humana do sofrimento, das angústias, frustrações e expectativas.

5. Cotidiano e situação de vizinhança

Ao se tratar aqui do conceito de cotidiano, far-se-á investido da consciência de estar transitando entre duas correntes de pensamento que se opõem (sem se excluírem) no que se refere à existência das coisas (dos “objetos”, do espaço). De um lado, o materialismo e a objetividade, desde Aristóteles a Karl Marx (passando por leva de pensadores, como Descartes e Newton), segundo os quais as coisas existem independente da consciência humana³. Do outro, o idealismo subjetivo, desde Berkeley a Kant (passando por Leibniz e, com certa dose de objetividade, por Hegel) que genericamente negava a realidade objetiva e somente admitiam a existência material por via das “idéias” (Oliveira, 1988; Haesbaert, 1990).

Acredita-se que o estudo do cotidiano pode acrescentar novos significados ao lugar. Mas o que vem a ser o cotidiano?

O cotidiano aparece em Kosik (1989) como expressão da própria existência humana no mundo. Trata-se, pois, da realização dos afazeres diários, repetição das atividades vitais. Movida por preocupações, a pessoa organiza seu dia-a-dia, criando uma rede de relações que a influencia; o modo como vive (“existência”) expressa uma cotidianidade. Nas palavras do autor, “A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia, da vida individual (das pessoas); a repetição de suas ações vitais é fixada na repetição de cada dia, na distribuição do tempo em cada dia” (p. 69).

Em Lefebvre, o cotidiano é concebido como a dimensão constituída e instituída pelo “vivido”. Para ele, a vida cotidiana não acontece sem o “uso” que se faz do espaço e do corpo, mas também da “repetição” dos afazeres de todos os dias (Seabra, 1996; Silva, 1997). Tarefas simples diariamente executadas sempre da mesma maneira, como “levantar-se”, “tomar café” ou “ler o jornal”, marcam o compasso do dia e contêm as dimensões da existência. Mas se o cotidiano faz-se da “repetição” (da mesmice), ele dá margem para o conflito e para o surgimento do novo, a “insurreição do uso”.

O espaço cotidiano (o entorno) aparece como um campo de possibilidades onde se dá a “prática social”, por sua vez correspondente a uma prática espacial. Sem omitir o mundo real, a consciência (o pensamento) constrói um espaço de “virtualidades”, um objeto de representações. Eis o que Lefebvre chama de “consciência do possível”, que representa uma ordem estabelecida, mas freqüentemente a subverte (Lutfi et al., 1995, p. 96-97).

Em Certeau (1999, p. 201-2), o lugar como ordem na consistência de seus elementos, como “configuração instantânea” de posições, é também um campo de possibilidades que se abrem às pessoas. Para o autor, da prática do lugar que subverte a sua “geometria”, sublevando-se contra a ordem estabelecida em sua configuração territorial, nasce o espaço (“...o espaço é um lugar praticado.”). Nesta “fenomenologia do existir no mundo”, que é o cotidiano, prática do dia-a-dia, confrontar-se-iam o lugar (o material, estático, ordem construída) e o espaço (a percepção, a representação, a subversão). O lugar seria o campo do “permitido” enquanto o espaço, o do “possível”. Na essência desta distinção, feita por Certeau, está a sua concepção de cotidiano, feito da prática que cumpre a ordem estabelecida, mas sobretudo da prática que subverte esta ordem, que vai além do permissível porque orientada pelo possível.

Certeau mostra uma concepção abertamente subjetiva de espaço, sendo este construído pelo sujeito histórico que atua no “teatro objetivo”, que é o lugar. Neste sentido, o espaço seria a percepção (e a perspectiva) das pessoas com base na experiência

vivida. Assim dependente da percepção e da experiência, o espaço não pode passar de um produto da consciência humana. Entende-se aqui que tal concepção de espaço, dependente da consciência para existir (“espaço mental”), serve menos à compreensão da realidade, do que aquele que confronta a consciência, mesmo sendo também um produto dela. A distinção feita por Certeau entre lugar e espaço, o primeiro como equivalente da configuração territorial, mera disposição de materialidades, e o segundo, a prática cotidiana que reinventa (“atualiza”) o lugar, a “ordem”, na verdade se presta à apreensão muito mais de uma dimensão do espaço e do lugar, o cotidiano. Se o lugar é materialidade construída, é também residência do sentimento, da emoção. É oportuno lembrar que tal materialidade traz em si também a idéia (ou a ideologia!) de quem a concebeu em um plano antes de produzi-la. A ordem construída, além de ordem preconcebida pela consciência, é ordem também condicionadora (às vezes ditadora) de novas consciências. Como na fenomenologia de Husserl, segundo a qual “toda consciência é consciência de alguma coisa”.

Se o cotidiano serve à análise geográfica, é sobretudo por sua inseparabilidade do lugar, por ser essencialmente prática socioespacial. O cotidiano remete à proximidade de uma situação de vizinhança. Segundo Santos (1996a, p. 255), em uma análise da situação de vizinhança, a proximidade cumpre um papel fundamental enquanto base da “socialidade” e geradora da solidariedade e da identidade.

No lugar, a dialética entre a cooperação e o conflito move a vida social em comum. Neste contexto, onde se supõe o conhecimento entre as pessoas e o conhecimento do lugar, como ficam aqueles que chegam de fora, os migrantes, que trazem, na memória, outro cotidiano, a experiência vivida em outros lugares? Santos (1996a, p. 263) afirma que, para os migrantes, a memória, voltada para o passado, lhes é inútil. Passada a “perplexidade” e o “atordoamento”, a idéia de futuro se forma enquanto se vai conhecendo o “novo” lugar. O desconhecimento do espaço força-os a uma nova consciência, a que “olha para o futuro” (p. 263-4).

6. Por uma abordagem integrada

Fugir da concepção de mundo fragmentária e mecanicista (cartesiana-newtoniana) supõe buscar uma visão integrada ou holística (ou ainda ecológica) que se aperceba da natureza sistêmica da realidade socioespacial. No mundo atual, verifica-se a superposição cada vez mais numerosa e imbricada de interesses e de forças, em qualquer que seja a porção do espaço observada, invalidando quaisquer concepções ou conceitos estanques, parcializados ou estáticos, por qualquer que seja a área do conhecimento.

Capra (1982, p. 14) assinala que uma ampla crise está a promover uma mudança de paradigma, que marca a superação da concepção mecanicista-fragmentária pela holística-integrada. Para este autor, uma compreensão “apropriada” do mundo atual, dos seus inúmeros problemas, não pode se dar sem uma “... nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores”.

A racionalidade e o reducionismo que cindiu a unidade entre a natureza e o “homem”, o corpo e a mente, concernente ao método cartesiano, não obstante ter sido responsável pelo grande desenvolvimento científico, forjou pensamentos e atitudes incapazes ou inconciliáveis à apreensão intuitiva da realidade. Para Capra (1982, p. 35), o conhecimento intuitivo se assenta na experiência direta, no “estado ampliado da percepção consciente”, que é tendencialmente sintetizador, holístico e ecológico.

Presencia-se esta (re)descoberta, isto é, a crescente valorização do conhecimento intuitivo, quando o cotidiano e outras dimensões da existência humana como “emoção”, “percepção” são cada vez mais utilizados como recursos analíticos na compreensão da realidade, do espaço.

Para ser integrada ou holística e, deste modo, conveniente com uma “nova visão da realidade”, a abordagem deve ainda conceber a totalidade como sistêmica, isto é, fundada na consciência do “estado de inter-relação e interdependência”, dos fenômenos físicos, biológicos, psicossociais e culturais (Capra, 1982, p. 259). O princípio sistêmico supõe considerar que o modo como as par-

tes se relacionam e participam do todo é mais importante do que as próprias partes, sendo esta uma questão de método fundamental da abordagem integrada.

O conhecimento sobre o funcionamento de sistemas, a partir das observações dos organismos vivos, tem revelado princípios de organização fundamentais à sobrevivência dos mesmos. Do ponto de vista sistêmico, a sobrevivência de um organismo (“sistema vivo”) não se dá sem associação e interação com o ambiente. São estas relações de interação, que explicam e dão sentido à vida individual, que a concepção mecanicista e fragmentária não é capaz de se aperceber e compreender adequadamente. Um sistema, como afirma Capra (1982, p. 260), é uma “totalidade integrada”, de tal modo que não está limitado às suas partes constituintes, sendo também elas totalidades sistêmicas.

A concepção sistêmica, base para uma abordagem integrada, holística, pode igualmente servir como potencial analítico para uma compreensão da totalidade socioespacial. Em primeiro lugar, uma abordagem sistêmica da formação socioespacial deve fugir à tentação funcionalista de considerá-la como um organismo vivo. Pode ela ser vista e estudada como um sistema, sendo deste modo equiparada a uma organização cuja estrutura, em interação com o meio ambiente, é obrigada a uma constante mutação; a interação com o meio supõe, simultaneamente, a adaptação e a ação no processo ininterrupto de busca do equilíbrio (em si e com o meio), condição aliás indispensável de sua continuidade. Internamente, o “sistema social” determina os papéis e uma ordem a ser cumprida pelos indivíduos (Brito, 1986). A questão é complexa e, portanto, de difícil tratamento. Todo esforço para não “naturalizar” o que é social e histórico não será em vão. Não obstante, uma abordagem sistêmica da realidade pode ser mais apropriada à apreensão da totalidade socioespacial, do movimento e da transformação historicamente contínuos. As tensões sociais, a subversão da ordem pela vontade pessoal e o desencontro entre o geral (social) e o individual não devem ser encarados como “disfunções” do sistema social, mas como forças internas que atuam dialeticamente no processo evolutivo incessante de todo e qual-

quer sistema. Mas enquanto totalidade socioespacial, não há uma evolução da sociedade independente do seu meio. É fundamental, portanto, saber como ela atua sobre o meio, como o altera e é alterado por ele.

7. Considerações finais

Está claro que o desenvolvimento local não é um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. O desafio maior é certamente criar e consolidar uma outra “cultura de desenvolvimento”, cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica). Neste sentido, o enfrentamento e a superação das distintas formas ou manifestações assumidas pela pobreza requer uma visão mais integrada e humanitária do próprio desenvolvimento. Requer uma visão mais dinâmica da própria pobreza, a ser entendida como fato historicamente determinado e como realidade sustentada por um conjunto de relações socioeconômicas e políticas.

Tal como Capra (1982, p. 410), aqui se acredita que um paradigma voltado para valorização humana, está em andamento apesar das aparências. Por certo há um longo e tortuoso caminho a percorrer. Neste sentido, embora difícil, será indispensável rever algumas de nossas crenças e convicções. Sem embargo, este é o desafio maior a ser enfrentado.

Notas:

¹ “La cultura cruza todas las dimensiones del capital social de una sociedad”, afirma Bernardo Kliksberg (1999, p. 90).

² Cf. “A região como ‘locus’ do desenvolvimento econômico”, por João Pizysieznic Filho (Gazeta Mercantil, 19/8/98) e “Emprego e desenvolvimento local”, por Byron Queiroz (Idem, 5/9/98).

³ É de Aristóteles a conhecida frase “O que não está em nenhum lugar não existe.”

Referências bibliográficas

- ÁVILA, V. F. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande: UFMS, 1993.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRITO, S. P. *A Sociologia e a abordagem sistêmica*. São Paulo: Papirus, 1986.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1 - artes de fazer*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COMITÉ Económico y Social de Las Comunidades Europeas. *Dictamen sobre el desarrollo local en la política regional comunitaria*. Bruxelas: CES, 1995.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, S. Caccia (org.). *Desenvolvimento local, geração de emprego e renda*. São Paulo: Polis, 1996.
- FERNÁNDEZ, C. B. Evaluación y resultados de la Iniciativa Comunitária LEADER 1. *Cuadernos de Aguilar, Conferencias*, Sl., p. 26-47, 1995.
- GOBIERNO BASCO. *Estudios de economía, manual de desarrollo local*. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Economía y Hacienda, 1994.
- GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición de aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Económico*, ano 1, n. 1, Salvador, nov. 1998.
- HAESBAERT, R. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. *Terra Livre*, São Paulo, Marco Zero/AGB, n. 7, p. 63-92, 1990.
- HAQ, M. *A cortina da pobreza: opções para o Terceiro Mundo*. Tradução de Richard Paul Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL* 69, dez. 1999.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. 5. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LA DINÁMICA local, una garantía de continuidad. *Leader Magazine*, S.I., n. 2, p. 11-15, Invierno, 1992-93.
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.
- LEROY, J. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 87-98.
- LUTFI, E. P. et al. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87-97.
- MARTÍN, J. C. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.
- MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. In: *Development Dialogue* (número especial). Santiago do Chile, 1986.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Geografia, pequena história crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 66-110.
- ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. In: *Excerpta*, Universidade do Chile, n. 7, 1998. (Na Internet: <http://rehue.csociales.uchile.cl>)
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996b.
- SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.
- SILVA, A. C. M. O cotidiano na perspectiva dos ritmos. *Revista Geosp*, São Paulo, n. 2, p. 31-34, 1997.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à Geografia*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SOUZA, M. L. A teoria sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento socioespacial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez. 1996.
- TORRAS, M. *La participación de los pueblos en su desarrollo*. Barcelona: Intermón, 1995.
- VERHELST, Thierry G. *O direito à diferença*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- YUNUS, M. Hacia un mundo sin pobreza. *Clube de Debate de la Universidad Complutense de Madrid*. Madri, 1998.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional;
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional;
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento;
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão;
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original;
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico;
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local;
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
 - a) título em português ou espanhol;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
 - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado;
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco;
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023);
 - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação;

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (Soares, 1998, p. 35).
Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado "avessa ao contato com o ser humano"...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Desenvolvimento Local
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
Caixa Postal 100
CEP 79117-800 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3800
e-mail: mdlocal1@ucdb.br